



PDE | **ESCOLA
ATIVA**

PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores







PDE | **ESCOLA
ATIVA**

PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores



EQUIPE EDITORIAL

Armênio Bello Schmidt
Bernard Herman Hess
Eliete Ávila Wolff
Graciete Maria Nascimento Barros
Sara de Oliveira Silva Lima
Sisley Cintia Lopes Rocha
Viviane Costa Moreira

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Cacilda R. Cavalcante
Clélia Adriana Matos dos Santos
Débora Amorim Gomes da Costa Maciel
Elaine Maria Augusto de Azevedo
Eliane Alves de Melo
Glauciane Pinheiro Andrade Couto
Gildete Dutra Emerick
Ivanilde Oliveira de Castro
José Edson de Oliveira Lima
José Roberto Rodrigues de Oliveira
Lenira Silveira Barbosa
Maria de Fátima da Costa Saraiva
Marize Souza Carvalho
Olgalice dos Santos Suzarte de Jesus
Oscar Ferreira Barros
Maria Izabel Brunacci Ferreira dos Santos
Ana Paula Lima Figueiredo

PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO

André Carvalho — Iluminura Design

REVISÃO

Bernard Herman Hess

BRASÍLIA, Outubro de 2008

Brasil. Ministério da Educação.
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
Programa Escola Ativa - Orientações Pedagógicas para a formação de educadoras e educadores.
— Brasília : SECAD/MEC, 2009.
80 p. : il.

1. Programa Escola Ativa. 2. Educação do campo.
I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. II. Título.

ISBN: 978-85-60731-72-5

CDU 371.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Coordenação Geral de Educação do Campo – CGEC/SECAD/MEC
SGAS Quadra 607, Lote 50, sala 104
CEP: 70.200-670 – Brasília - DF
(61) 2104-6285
coordenacaoeducampo@mec.gov.br

Prezadas educadoras e educadores,

o Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD, apresenta o Caderno de Orientações Pedagógicas para a formação de educadoras(es) que atuam em classes multisseriadas por meio do Programa Escola Ativa. O objetivo desse material é fornecer subsídios teóricos e metodológicos para a organização do trabalho pedagógico nas classes multisseriadas, preparando educadoras(es) e gestores para atuar na realidade da Educação do Campo.

Esse caderno é constituído pelos seguintes módulos: Fundamentos da Educação do Campo; Escola Ativa: um programa para classes multisseriadas; Metodologia do Programa Escola Ativa; Organização do trabalho pedagógico em turmas multisseriadas que adotam o Programa Escola Ativa; Gestão democrática; Relação escola-comunidade; Cantinhos de aprendizagem: espaços interdisciplinares de pesquisa; Metodologia dos cadernos de ensino e aprendizagem; A importância do ato de planejar; A prática da avaliação da aprendizagem escolar. Cada Módulo é composto de atividades, princípios político-pedagógicos e orientações metodológicas destinadas a estimular os debates e as reflexões em grupo e/ou individualmente, para a consolidação de uma política pública de educação para as classes multisseriadas.

A presente versão do Caderno de Ensino e Aprendizagem é resultado do processo de revisão, realizado após 10 anos contínuos de experiência. A partir desta, a reformulação foi concebida com a finalidade de atualizar os conteúdos e de aperfeiçoar a metodologia utilizada pelos educadores que atuam em classes multisseriadas presentes, em sua maioria, nas escolas do campo brasileiro. Para conhecer essa experiência foi solicitada uma pesquisa, com educadores e técnicos dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, realizada pela Universidade Federal do Pará. Ao inserir-se na Educação do Campo, esse Programa também foi repensado e suas concepções reformuladas, atendendo às orientações das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03 de abril de 2002 e as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008

Ministério da Educação
Coordenação-Geral de Educação do Campo

Sumário



Apresentação **5**

Acerca das temáticas de estudo deste caderno **8**

UNIDADE I

MÓDULO I Fundamentos da educação do campo **13**

MÓDULO II Escola Ativa: um programa para classes multisseriadas **23**

UNIDADE 2

MÓDULO I Metodologia do Programa Escola Ativa **37**

MÓDULO II Organização do trabalho pedagógico em turmas multisseriadas que adotam o Programa Escola Ativa **40**

MÓDULO III Gestão Democrática **42**

MÓDULO IV Relação Escola-Comunidade **50**

MÓDULO V Cantinhos de Aprendizagem: Espaços Interdisciplinares de Pesquisa **54**

MÓDULO VI Metodologia dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem **57**

MÓDULO VII A Importância do Ato de Planejar **61**

MÓDULO VIII A Prática da Avaliação da Aprendizagem Escolar **66**

Referências bibliográficas **73**

Acerca das temáticas de estudo deste caderno

Educador(a), é bom tê-lo(a) conosco no Programa Escola Ativa! Estamos numa nova fase de atuação com as escolas do campo, organizadas em classes multisseriadas. Vivemos o momento de pensar essa escola vinculada à construção de um projeto de educação do campo para o Brasil, assumindo-a como um espaço de vida e de fortalecimento das identidades sociais.

A escola do campo, incluída cada vez mais na agenda das políticas públicas, tem como desafio oferecer educação de qualidade social para todos os povos que vivem nesse e desse espaço. Se a escola do campo mudou é porque o próprio campo está em movimento e é do campo que resultam as reivindicações históricas mais acentuadas pela garantia do direito à vida com dignidade e valorização humana.

O Programa Escola Ativa procura acompanhar o avanço desse direito junto às classes multisseriadas. Isso significa tratar a educação escolar como instrumento pedagógico para construir um projeto de desenvolvimento que garanta a igualdade de direitos, a justiça social e a solidariedade entre os sujeitos do campo.

Por outro lado, este Caderno Pedagógico oferece uma metodologia de formação baseada na inter-relação entre ensino, estudo e pesquisa pedagógica, no âmbito da realidade da escola com classes multisseriadas e da própria realidade

da educação do campo; lança mão de outros acervos bibliográficos, de recursos metodológicos e de tecnologias existentes; procura contribuir com o processo de formação docente investigativo, didático e propositor da construção de um projeto de educação para o campo.

Na concepção de ensino e aprendizagem do Programa Escola Ativa isso significa o fortalecimento do processo educativo baseado na apropriação, na reelaboração e na assimilação de saberes e de conhecimentos, além de suas respectivas implicações práticas para a vida do povo camponês, assim como para sua leitura de mundo. Para realizar essa metodologia de formação propomos que o estudo aconteça com base no seguinte percurso formativo:

- A** Atividade Básica;
- B** Atividade Prática e
- C** Atividade de Aplicação e Compromisso Social.

A **Atividade Básica** inicia o processo pedagógico do Programa Escola Ativa por meio de problematizações. Problematizar significa trazer um tema ou uma questão para o debate e para o estudo, tomando-o objeto de conhecimento e aprendizagem. Aqui se busca conhecer a experiência, os conceitos já formulados anteriormente e sua relação com a realidade. Por meio dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem estimula-se a descoberta da vida cotidiana dos sujeitos e as múltiplas relações de aprendizagens que são estabelecidas na escola e na comunidade.

A Atividade Básica objetiva levantar os conhecimentos acerca das experiências acumuladas. Essa seção é constituída de perguntas que estimulem a reflexão e a curiosidade sobre a realidade, transformando-se num alicerce para a aquisição de novos conhecimentos. Pode ser feita por meio de atividades individuais e/ou grupais, realizando debates registrados em relatórios individuais e/ou coletivos. Este é também o momento em que a(o) educadora(o) introduzirá novos conceitos e conhecimentos, aprofundando o estudo das temáticas em questão.

O estudo das temáticas deve ser compreendido também como um momento de aproximação dos diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade. Trata-se do confronto para o estabelecimento de comparações e superações, além da apropriação de novas interpretações do real. É importante atentar para que não aconteça a desvalorização dos saberes identificados com a comunidade, pois desse estudo derivará uma visão de mundo mais elaborada. Neste momento já podem ser pensadas ações que articulem com o momento que se segue, através da formulação de perguntas a respeito do tema em estudo e sua relação com a sociedade e a vida da comunidade.

A **Atividade Prática** consiste na consolidação e ampliação do conteúdo, incluindo a pesquisa em acervos bibliográficos, documentais, oficiais, jornalísticos, buscando a relação com as ciências sociais, naturais e humanas, para que se possa levantar um conjunto de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem maior compreensão do objeto em estudo.

O objetivo dessa seção é oferecer à(ao) educadora(or) e ao(à) educando(a) o estímulo para explorar, analisar, expor, discutir, rever e ampliar suas idéias, compartilhando diferentes pontos de vista; contextualizar e problematizar sua vida, fazer previsões que superem as limitações detectadas no debate, possibilitando o desenvolvimento de novas aprendizagens.

Durante o estudo e o debate das temáticas, os diferentes saberes podem ser registrados constantemente para que se possa construir um memorial pedagógico. O diálogo pode acontecer auxiliado por um processo de sistematização desses diferentes saberes, levantando temáticas de pesquisa que poderão servir como indicadores de análise e de investigação da sua realidade. Essa atividade pode ser feita por meio de análises, observações, reflexões e interações com outros docentes, discentes e com a comunidade.

O passo seguinte é realizar a **Atividade de Aplicação e Compromisso Social**. Essa atividade é fundamental para o desenvolvimento de ações políticas, didáticas e operativas voltadas para a realidade da educação do campo e para o processo de ensino-aprendizagem na escola multisseriada.

Tendo como base as atividades anteriores, a Atividade de Aplicação e Compromisso Social possibilita ao(à) educando(a) a aplicação do conhecimento adquirido, concretizada em uma situação real seja na escola, na família ou na comunidade. Ela tem por objetivo construir condições de mudanças pedagógicas, curriculares e metodológicas na escola do campo, instigar tanto o docente quanto o discente a reafirmar na prática escolar o conhecimento, aproximando-se ainda mais da realidade que se pretende mudar.

Nessa atividade, deve-se elaborar e concretizar projetos, espaços de aprendizagem, ações sociais e um conjunto de atividades que tratem das necessidades de educadoras(es), educandos(as), já problematizadas e dialogadas, valorizando o trabalho pedagógico e sua relação com os saberes e com os conhecimentos apropriados, reelaborados e assimilados anteriormente. Este é um importante momento de consolidação da aprendizagem.

Neste momento de concretização de propostas e ações pedagógicas da escola, a Atividade de Aplicação e Compromisso Social conclui o percurso de formação pedagógica do Programa Escola Ativa, conduzindo os(as) educandos(as) para uma



nova jornada de estudos. Então, uma nova fase de estudos possibilita a introdução de um novo conteúdo.

Essa metodologia conduz a novas aprendizagens por meio do processo de análise, reelaboração, apropriação e ressignificação de novos conhecimentos, pois cada etapa do estudo leva a realização de um trabalho de síntese (investigação, diálogo e aplicação) do conhecimento anterior.

Assim, educadora(or), faça deste Programa um alicerce para as suas práticas educativas e atue no sentido de mudar a realidade educacional do campo, e a sua formação teórica e metodológica para atuar com as escolas do campo. Mas não esqueça que esse caderno pedagógico é apenas um dos instrumentos da sua formação, a qual deve ser acrescida de outros estudos e pesquisas.

Programa Escola Ativa

Unidade



Módulo I

Fundamentos da Educação do Campo



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Descreva sua experiência com a educação do campo em seu município.
- 2 O que você compreende sobre Educação do Campo?
- 3 Agora, leia e reflita sobre o texto a seguir:

I CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Movimentos e articulações em defesa de um projeto educativo adequado às características do meio rural vêm se desenvolvendo desde a década de 1930, no contexto dos debates sobre a universalização da escola pública. No entanto, foi a partir da *Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo*, realizada em Luziânia (GO), em 1998, que esse movimento incorporou o conceito de Educação do Campo. Esse encontro defendeu o direito dos povos do campo às políticas públicas de educação com respeito às especificidades, em contraposição às políticas compensatórias da educação rural.

Essa Conferência foi o resultado de um longo processo de luta dos povos organizados do campo e trouxe a especificidade da Educação do Campo associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo, apontando ações para a escola e para a formação de educadores.

A Educação do Campo, defendida pela Conferência, tratou da luta popular pela ampliação do acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo – as pessoas têm o direito de estudar no lugar onde vivem (espaço de produção e de cultura), e do campo – as pessoas têm o direito de estudar o lugar onde

¹CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção I, p. 32.

vivem (dos agricultores, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pescadores, seringueiros etc.), incorporando distintos processos educativos no seu Projeto Político Pedagógico.

Essa concepção de Educação do Campo foi incorporada ao documento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo¹, oriundas dos debates acumulados historicamente pelos movimentos sociais, pelas universidades, pelo governo e pelas ONG, entre outros grupos organizados que formaram a Articulação Nacional Por uma Educação do Campo.

Nas Diretrizes, a identidade das escolas do campo é definida:

(...) pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002).

Na II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, ocorrida em agosto de 2004, em Luziânia/GO, definiu-se a ampliação de novos campos de luta para a Educação do Campo, sinalizando a consolidação de um projeto histórico de educação, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo. Recolocou-se o campo e a educação na agenda política do país, impulsionada pela luta pela democratização do acesso à terra e à educação escolar, como direito de todos e dever do Estado. Com isso, firma-se uma nova agenda política definida na Carta de Luziânia:

- Defesa de um projeto de sociedade justa, democrática e igualitária; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio.
- Defesa de uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular de agricultura, que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa e se integre na construção social de um outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país.
- Defesa de uma educação para superar a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural.
- Defesa da mudança da forma arbitrária atual de classificação da população e dos municípios como urbanos ou rurais. Essa classificação transmite uma falsa visão do significado da população do campo em nosso país, e tem servido como justificativa para a ausência de políticas públicas destinadas a ela.
- Defesa do campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer,

cuidado com o conjunto da natureza, e de novas relações solidárias que respeitem as especificidades sociais, étnicas, culturais e ambientais dos seus sujeitos.

- Defesa de políticas públicas de educação articuladas ao conjunto de políticas que visem à garantia do conjunto dos direitos sociais e humanos do povo brasileiro que vive no e do campo. Políticas que efetivem o direito à educação para todos e todas e que este direito seja dever do Estado.
- Construção de uma política específica para a formação dos profissionais da Educação do Campo.

Ainda na II Conferência, a Educação do Campo foi tratada como uma questão nacional que necessita de políticas públicas a fim de elevar a escolarização dos povos do campo, a partir do diálogo entre os movimentos e as organizações sociais e sindicais, e as esferas federal, estadual e municipal.

Signatário da II Conferência o Ministério da Educação criou, em 2004, a Coordenação-Geral de Educação do Campo com a responsabilidade de elaborar e conduzir uma Política Pública Nacional de Educação do Campo; institucionalizou o GPT – Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo² e incentivou a criação de Comitês/Fóruns e Coordenações Municipais e Estaduais de Educação do Campo.

Entre 2004 e 2005 foram realizados 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo incentivados e apoiados pela SECAD/MEC. O principal objetivo foi a divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Participaram desse momento históricos representantes dos sistemas municipais e estaduais, do MEC e de universidades.

Ao final de cada Seminário foram firmados compromissos por meio das “Cartas dos Estados”, entre esses, a indicação da criação de Comitês de Educação do Campo e de Coordenações de Educação do Campo nas Secretarias Estaduais de Educação.

Um dos principais objetivos dos Comitês é discutir a realidade (os problemas, as soluções, as experiências e as especificidades) e propor alternativas para a educação do campo, no sentido de promover a construção de uma política pública de educação do campo pautada nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

II CONCEPÇÃO E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A concepção de uma educação a partir do campo e no campo foi formulada em um contexto de problematização de conceitos e idéias até então arraigados na sociedade brasileira, como tem sido o de educação rural. A concepção de Educação do Campo, em substituição à Educação Rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser

² Mediante Portaria Ministerial nº 1.258 de 2007, o GPT do Campo se transforma na Comissão Nacional de Educação do Campo.

tratadas de forma desigual.

A concepção de educação que historicamente pautou as iniciativas educacionais para o meio rural fundamenta-se, principalmente, na categorização urbano/rural, na qual o espaço rural é definido, de acordo com critérios do IBGE, pela sua localização geográfica e a baixa densidade populacional; por um projeto de desenvolvimento centrado nas atividades urbano-industriais, segundo o qual o campo tenderia ao desaparecimento, não sendo pertinente, portanto, o investimento em políticas estruturantes nesse espaço; pela concepção de rural enquanto espaço tipicamente de atividades agrícolas, priorizando o latifúndio.

Desse projeto social, resulta um modelo educacional pautado na oferta de educação mínima, restrita às primeiras séries do Ensino Fundamental; escolas em condições precárias; educadores com pouca formação e baixos salários; incorporação de conceitos urbanos que desconsideram a realidade e a vida camponesa, que alimentam a competitividade, o individualismo e desprezam as diferenças.

Por sua vez, a Educação do Campo é compreendida, ao mesmo tempo, como conceito em movimento, enquanto unidade político-epistemológica, que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, que se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais camponeses; que se manifesta e transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões.

O campo, compreendido a partir do conceito de territorialidade³, é o lugar marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Mais do que um perímetro não-urbano, o campo possibilita a relação dos seres humanos com sua própria produção, com os resultados de seu trabalho, com a natureza de onde tira o seu sustento. Se comprometida com a diversidade do trabalho e sua cultura, a educação terá também especificidades que precisam ser incorporadas nos projetos político-pedagógicos. Entendemos, no entanto, que o campo e a cidade são dois pólos de um continuum, duas partes de um todo, que não podem se isolar, mas, antes de tudo, articulam-se, completam-se e se alimentam mutuamente.

³A Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA define território como "um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial "(SDT/MDA. Territórios Rurais. www.mda.gov.br).

A Educação do Campo, então, se afirma na defesa de um país soberano e independente, vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade, que se opõe ao modelo de educação rural vigente. Nessa perspectiva, a escola torna-se um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de uma outra proposta de educação e de desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades das populações do campo e para a garantia de escolarização de qualidade, tomando-se o centro aglutinador e divulgador da cultura da comunidade e da humanidade.

Para Caldart (2002), a associação da Educação do Campo com lutas por políticas públicas e por reforma agrária é o fundamento educativo desse novo Projeto Político de Desenvolvimento. Não se educa verdadeiramente o sujeito do campo sem transformar as condições de desumanização. A conquista da humanização se dá na própria luta contra a desumanização. Caldart compreende que o desafio para as escolas do campo é a formação para recuperar as condições humanas dos povos do campo. Por isso é tão central a definição do tipo de escola que se quer e do projeto educativo que ali se desenvolve. Para tanto se resgata a experiência histórica da educação popular e das práticas educativas que suprimam o histórico vazio deixado pelo poder público nas regiões rurais.

Cada povo do campo tem sua forma de viver. Ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, agricultores familiares, indígenas se diferenciam entre si devido ao trabalho que realizam e à cultura gerada por suas formas de trabalho. Do mesmo modo se assemelham entre si, pois possuem as mesmas carências, as mesmas limitações econômicas, materiais, humanas e de acesso à cultura. A conquista do acesso universal a todo o conhecimento produzido pela humanidade e a garantia de uma formação que busque novas estratégias educativas e promova o desenvolvimento humano integral é outro dos desafios da Educação do Campo.

III PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao resgatar a dimensão sócio-política da Educação do Campo se exige dos sujeitos educativos distintas formas de organização do trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento, apontando tanto para a busca de processos participativos de ensino e aprendizagem, quanto de ação social para a transformação. Dessa maneira a Educação do Campo evidenciará o respeito à diversidade cultural e às realidades que fazem parte das comunidades.

A Educação do Campo advoga princípios filosóficos⁴ que dialogam com concepções de sociedade, de desenvolvimento e de educação:

a) Educação para a transformação social — Na Educação do Campo o processo

⁴ Os princípios defendidos nesse texto se fundamentam, em grande parte, nos princípios contidos nas Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.

educativo é compreendido como uma prática de liberdade, vinculado à dinâmica social e poderá contribuir com os processos de transformações sociais, visando à justiça e à humanização da sociedade. Poderá possibilitar a intervenção consciente no processo histórico, o que implica a defesa do vínculo orgânico entre os processos educativos e os processos políticos, econômicos e culturais.

- b) Educação para o trabalho e a cooperação** — O entendimento do trabalho é fundamental para a compreensão das relações sociais e do processo de formação e desenvolvimento do ser humano e da sociedade. O trabalho, visto como base para a sociedade, transforma a natureza e produz os bens materiais e não-materiais como o saber, a tecnologia, o alimento, o abrigo, a arte, necessários para a vida humana. O Programa Escola Ativa tem como um de seus pilares a compreensão de que trabalho e educação não são opostos, mas se integram, dando significado ao ato de trabalhar e de estudar. Sem trabalho não há vida e não há cultura, o trabalho é concebido como condição para a autonomia (econômica e intelectual).
- c) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana** — A educação abrange várias dimensões da pessoa humana as quais constituem o processo formativo. Compreende que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, produzem arte, fazem parte de grupos, de gêneros, de raças, de etnias e de classes sociais diferenciadas. Portanto, o currículo se desenvolve das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território e do meio ambiente buscando a integração do trabalho pedagógico.
- d) Educação com/para valores humanistas** — A formação humana é todo o processo educativo que possibilita ao sujeito constituir-se enquanto ser social responsável e livre, capaz de refletir sobre sua atividade, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de relacionar-se eticamente, capaz de defender a igualdade e a justiça. Esse processo engloba conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos construídos no processo educativo.
- e) Valorização dos diferentes saberes no processo educativo** — O Programa Escola Ativa busca resgatar, dentro da sala de aula, os saberes comunitários e relacioná-los com as diferentes áreas de conhecimento. Os que vivem no campo podem e têm condições de pensar uma educação que traga como

referência as suas especificidades para incluí-los na sociedade como sujeitos de transformação.

- f) **A diversidade de espaços e tempos educativos** — A Educação do Campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles. Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados, pois são frutos da produção, da família, da convivência social, da organização comunitária, da cultura e do lazer. A sala de aula, por sua vez, é um espaço específico de sistematização, de análise e de síntese das aprendizagens se constituindo, assim, num local de encontro das diferenças, pois é nelas que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.
- g) **Educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável** — O desenvolvimento sustentável pode ser pensado a partir do estudo da relação do ser humano com a natureza, da situação histórica particular de cada comunidade, e da análise dos recursos disponíveis, das expectativas, dos anseios e das necessidades dos que vivem no campo. O currículo do Programa Escola Ativa procura estimular a criação de novas relações entre pessoas e natureza, entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas, valorizando a vida, a saúde e a sustentabilidade.
- h) **Vivência de processos democráticos e participativos** — A Escola do Campo deve permitir a educadoras(es), gestores e à família a vivência de processos democráticos em estruturas participativas. Esses processos devem contribuir para o desenvolvimento da capacidade de agir por iniciativa própria, respeitar as decisões tomadas no coletivo, buscar a solução de problemas, exercitar a crítica e a autocrítica, ter compromisso pessoal com as ações coletivas e o compromisso coletivo com as ações individuais. Esses princípios, por sua vez, subsidiam o trabalho pedagógico, o jeito de fazer e de pensar a educação e a escola do campo, tal como é possível observar nos princípios organizativos abaixo:
 - a) **Na abordagem do conhecimento**
 - 1 A aprendizagem ocorre por meio da ação humana e mediante a apropriação (ativa e criativa) de conceitos que possibilitam o desenvolvimento de estágios mais elevados de raciocínio e, conseqüentemente, novas formas de atuação e compreensão de mundo;
 - 2 O conhecimento e os saberes são instrumentos de mediação

disponíveis para que a(o) educadora(or) promova aprendizagens, devendo ser traduzido e adequado às possibilidades sócio-cognitivas dos(as) educandos(as).

- 3** Uma das mais importantes tarefas do educador(a) é aprofundar seu conhecimento sobre as teorias pedagógicas que possibilitam a compreensão do fenômeno educativo;
- 4** Os temas mais necessários são aqueles que tratam das grandes problemáticas que afetam a vida dos(as) educandos(as), da comunidade e da escola.
- 5** A realidade é interdisciplinar. Assim, o Programa Escola Ativa procura integrar-se à realidade considerando como uma de suas metas a interdisciplinaridade. Esta é mais vinculada à postura do educador(a) frente ao objeto do conhecimento do que à estrutura curricular.
- 6** A qualidade do trabalho docente depende da articulação contínua entre ensino e pesquisa.

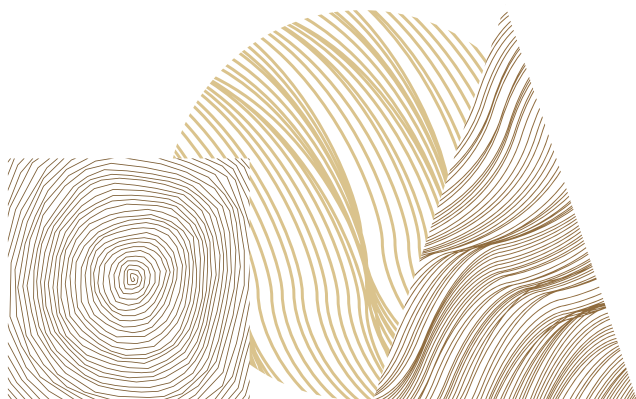
b) Na abordagem metodológica

- 1** O processo de ensino e aprendizagem articula a organização do trabalho pedagógico, a forma de tratar o conhecimento e a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola;
- 2** Os objetivos, os conteúdos e os processos avaliativos são articulados no planejamento e envolvem a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, materializando-se em situações concretas de aprendizagem em sala de aula;
- 3** O processo de ensino e aprendizagem é potencializado pela metodologia problematizadora, que localiza a(o) educadora(o) como condutor(a) do estudo da realidade, percorrendo as seguintes etapas: **I**) Levantamento de elementos da realidade; **II**) Problematização em sala de aula da realidade apresentada e dos conteúdos trabalhados; **III**) Teorização (estudos que possibilitem auxiliar a busca de repostas junto ao conhecimento científico); **IV**) Definição de hipóteses para solução das problemáticas estudadas; **V**) Proposições de ações de intervenção junto à comunidade;

c) Na organização da gestão da escola

- 1** A gestão escolar é democrática e participativa, abrange a escola e a comunidade.
- 2** A gestão democrática e participativa se contextualiza nos processos sociais, políticos e econômicos que delimitam/influenciam a ação educativa da instituição escolar.
- 3** A constituição e/ou o fortalecimento de coletivos formados por educadoras(es), educandos(as), pais, comunidade organizada e demais trabalhadores, a exemplo do Conselho Escolar, ajudam a empreender, na prática, pressupostos amplos de gestão democrática.
- 4** O estímulo à auto-organização dos(as) educandos(as) mediante a inserção, no currículo escolar, de conteúdos sobre liderança, grupos e equipe e a adoção de vivência de práticas auto-organizativas e participativas no espaço intra e extra-escolar possibilitam tanto a formação de líderes como o desenvolvimento da autonomia.

A Educação do Campo se apresenta, portanto, como estratégia educacional que se integra ao projeto de emancipação política, cultural, econômica e social dos povos do campo. Na Educação do Campo educar também é ensinar a importância de participar e de pensar o campo como parte da unidade que é o país, em que campo e cidade se complementam sem se excluírem.



B ATIVIDADE PRÁTICA

- Algo mudou em sua concepção inicial de Educação do Campo? Relate para o grupo.
- Qual é a relação entre a escola do campo presente no seu município (currículo, gestão, práticas, avaliação, relações) e as questões sociais?

C ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- Aponte ações políticas e pedagógicas para a intervenção na realidade da educação das áreas rurais de seu município, na perspectiva da Educação do Campo.

Módulo II

Escola Ativa: um programa de apoio político e pedagógico para as classes multisseriadas



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Quais são as necessidades e desafios enfrentados no cotidiano da escola em que você trabalha?
- 2 Quais são as estratégias criadas para enfrentar esses desafios?
- 3 A partir da constatação dos desafios e das estratégias da sua realidade educacional, como você define a escola organizada em classes multisseriadas?
- 4 Que concepção de aprendizagem considera mais enriquecedora para a realização de seu trabalho?
- 5 Leia e reflita sobre o texto seguinte:

1 A ESCOLA CONHECIDA COMO CLASSE MULTISSERIADA

É importante iniciarmos esse diálogo definindo a concepção criada sobre a identidade da escola organizada em turmas multisseriadas. Essa escola passou a ser conhecida como multisseriada para caracterizar um modelo de escola do campo que reúne num único espaço um conjunto de séries do Ensino Fundamental.

Sabe-se que a compactação de séries na mesma sala de aula define também a forma de organização da escola mais típica do campo no Brasil e na América Latina. Essa forma de organização precisa ser discutida e encarada com muita seriedade, pois supõe a análise da existência das classes multisseriadas e das condições necessárias para o trabalho educativo no campo, inserindo-o na construção de um novo projeto popular da escola do campo.

A escola do campo, onde se faz viva a classe multisseriada, historicamente

foi sustentada por políticas compensatórias garantindo, quando muito, uma manutenção mínima de incentivos e recursos, oferecendo somente as primeiras letras. O sistema educacional sustentou uma escola, muitas vezes sem paredes e sem tetos, ocupando as residências das(os) educadoras(es), os salões paroquiais, os centros comunitários ou os prédios públicos degradados com o tempo e a falta de cuidados. Esse tipo de tratamento, destinado às escolas com turmas multisseriadas, favoreceu a noção de que o campo é um lugar atrasado, onde vivem pessoas conservadoras e tradicionais, que pouco necessitam de direitos públicos garantidos. Soma-se a essa prerrogativa o discurso de que no campo há uma má distribuição da densidade populacional por localidade, principalmente quando se trata de crianças e jovens, justificando a construção de uma escola que possa atender à diversidade de idades, reunidas sob a compactação de um conjunto de séries.

No bojo da construção desse sistema educacional do campo, as classes multisseriadas tornaram-se historicamente uma estratégia para solucionar o acesso à escolarização de um número reduzido de crianças e jovens presentes no campo. A baixa densidade populacional, as grandes distâncias e também a constante expulsão dos trabalhadores do campo tornaram as classes multisseriadas quase a única possibilidade de estudo nas comunidades mais afastadas. Em consequência da ausência de recursos humanos e materiais adequados ao atendimento desse tipo de escola, encontra-se salas de aula empobrecidas, reforçando a idéia de que para estudar é melhor ir para a cidade.

Uma pesquisa recente sobre a realidade das escolas com classes multisseriadas (HAGE et al, 2008) destaca que os desafios mais prementes que as(os) educadoras(es) enfrentam em sua atuação nessas escolas é o isolamento (situação muito parecida com a realidade de vários municípios no Brasil). Essas escolas são em grande parte unidocentes, impondo aos docentes uma sobrecarga de trabalho. Somam-se, ainda, às condições adversas do trabalho da(o) educadora(or) o fato de realizar tarefas de merendeiro, de diretor, de servente, de psicólogo, de enfermeiro e de vigia escolar. Ou seja, além de ser necessário um outro profissional que auxilie ou divida o trabalho desse educador(a) é preciso valorizá-lo(a) no plano de carreira, cargos e salários, reconhecendo a diversidade de tarefas que deve desempenhar para garantir o funcionamento da escola.

Essa realidade revela que nas escolas do campo não aparece uma cultura docente, há uma solidão da(o) educadora(or) na realização de seu trabalho. Arroyo (2006), no entanto, em suas reflexões sobre essa situação destaca que, tanto nas pequenas escolas localizadas no meio rural quanto nas escolas da cidade, a cultura docente que aparece é solitária, individualizada ou mesmo monodocente, expressa

em discursos e atitudes que afirmam: “eu e minhas turmas, eu e minha disciplina”.

Outra realidade que enfraquece a afirmação da cultura docente nas escolas com classes multisseriadas, segundo a pesquisa apresentada acima, são os fracos vínculos que as(os) educadoras(es) possuem com essas escolas, resultante do fato de que a maioria das(os) educadoras(es) que nelas atuam não é do campo, está de passagem e grande parte deles(as) busca se liberar para sair do campo. Essa situação tem um forte impacto na continuidade do trabalho pedagógico devido à rotatividade das(os) educadoras(es) que atuam nessas escolas, revelando o nível elevado de educadores(as) temporários entre os profissionais que atuam no meio rural, culminando por agravar ainda mais a precariedade da atuação docente nas escolas do campo e em especial nas classes multisseriadas (HAGE, et al. 2008).

Recentemente, uma pesquisa realizada entre os coordenadores e as(os) educadoras(es) do Programa Escola Ativa (UFPA, 2008) revela que um dos grandes desejos a serem alcançados pelas(os) educadoras(es) das classes multisseriadas é a criação de políticas públicas que garantam a qualidade do trabalho docente e de gestão, de maneira que favoreça a coletividade e a interação entre esses sujeitos.

Destaca-se, ainda, outra situação conseqüente desse tratamento destinado às escolas do campo. É a forte política de nucleação e de transporte escolar. Geralmente, encontra-se no discurso que defende a política de nucleação uma alternativa para acabar com as escolas unidocentes e multisseriadas, congregando num único complexo escolar um conjunto de crianças e de jovens que vivem nas comunidades adjacentes. Nesse caso, a única escola da comunidade, que é a própria escola com classes multisseriadas, é fechada e transportam-se os(as) educandos(as) para um local núcleo, não atentando para os impactos sociais, educacionais, econômicos e culturais causados pelo fechamento da escola e pelo traslado dos(as) educandos(as) para outras localidades.

Não obstante, a materialização dessa política no interior do Brasil, a Resolução⁵ que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (2008), em seu Artigo 3º, defende que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. Está presente nessa política pública de Educação do Campo a garantia de que os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo de educandos(as), cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo em deslocamento a partir de suas realidades.

Além dos desafios estruturais que caracterizam a realidade da escola com

⁵ resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Art. 3º – A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. § 1º – Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos educandos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos educandos em deslocamento a partir de suas realidades.

turmas multisseriadas no Brasil, há outra questão intimamente ligada à concentração de várias séries num único espaço educativo. Trata-se da organização do trabalho pedagógico, envolvendo o planejamento curricular e suas implicações didáticas quanto ao aproveitamento escolar dos(as) educandos(as) dessas escolas. As várias séries juntas demandam um modelo de organização escolar materializado na forma comprimida entre quatro ou mais séries, na qual o tempo, o espaço e os conteúdos vão impondo formas de trabalhar em coletividade no mesmo espaço educativo, fator que dificulta o trabalho pedagógico.

Entre as estratégias mais frequentes para enfrentar essa situação está a organização de várias fileiras ou cantos seriados, com os quais a(o) educadora(or) trabalha separadamente. Para tanto é necessário fazer vários planejamentos, fragmentar a aplicação dos conhecimentos por série e reduzir o tempo na escola de horas presenciais com os(as) educandos(as). Nessa estratégia fragmentada é necessário manter crianças pequenas, que necessitam de atividades e recursos pedagógicos específicos para sua idade, sentadas durante um tempo demasiado extenso.

Numa pesquisa realizada pelo Geperuaz (2004), muitas(os) educadoras(es) expressavam insatisfação com relação à existência das classes multisseriadas pelo fato de não possuírem formação específica para trabalhar com uma turma diversificada em termos de idades e de aprendizagens, estabelecendo muitas comparações com as turmas seriadas, manifestando a expectativa que essas turmas se transformem em seriadas como alternativa para que o sucesso na aprendizagem se efetive.

As reflexões realizadas por Arroyo (2001), ao se referir a essa problemática do modelo seriado, partem dos seguintes questionamentos: *O que são as séries? Que concepção de educação elas carregam? E que processos formativos elas provocam?* Na visão desse autor, a seriação é um tipo de organização do sistema escolar que está centrada num conjunto de conhecimentos supostamente hierarquizados, no qual “a” pressupõe “b” e “b” pressupõe “c” como se fosse a construção de um prédio por lajes, onde uma sustenta a outra. Esse caráter hierárquico de conteúdos mês após mês, ano após ano, está baseado em um conjunto de provas e testes, em que somente os “bons” estudantes têm sucesso na escola, através da capacidade de adquirir e de memorizar conteúdos.

Não obstante, no entendimento de que a mudança do currículo está associada ao fim da seriação na escola do campo, há uma expectativa com relação ao benefício de trabalhar com uma turma com idades e aprendizagens variadas. Isso pelo fato de que nesses espaços educativos os(as) educandos(as) podem trocar saberes e conhecimentos, ter acesso a conteúdos de variadas disciplinas e orientar seu colega numa atividade escolar. Nesse caso, o livro didático tem sido um apoio para o trabalho educativo, apesar de, muitas vezes, os profissionais das turmas multisseriadas considerá-

lo inadequado por não trabalhar com a realidade do campo.

Os dilemas que as(os) educadoras(es) das classes multisseriadas enfrentam no cotidiano escolar são muitos: *Como planejar para diferentes idades e aprendizagens em uma mesma sala de aula? Que modelo de organização escolar pode conformar um projeto pedagógico que atenda a essa diversidade de crianças e jovens do campo numa mesma escola? Como o livro didático pode acompanhar e apoiar este trabalho? Como lidar sozinho com toda essa diversidade? Como organizar o espaço escolar? Como envolver estudantes e comunidade na gestão escolar?*

Ao procurar respostas para essas questões, mesmo não pretendendo esgotá-las, o Programa Escola Ativa entende que é preciso pensar, pesquisar e registrar a diversidade de tempos de vida e de aprendizagens com que a escola de campo trabalha; quem são essas crianças do campo; como elas aprendem e como se socializam. A partir da definição da identidade dos sujeitos que freqüentam as classes multisseriadas e da própria dinâmica do campo, inicia-se um novo modo de pensar um projeto político-pedagógico da escola do campo, tomando-se como base as condições reveladas. Não obstante, a realização desta tarefa política e pedagógica soma-se a necessidade de enfrentar as marcas das desigualdades do sistema escolar do campo as quais exigem estudos e pesquisas articuladas com outras áreas de conhecimento.

Considera-se que se deve trabalhar com as escolas multisseriadas pensando na construção de uma outra identidade da escola do campo, que não seja vista apenas e resumidamente como “multi” e ou “seriada”. Aliás, esse caminho para entender e definir se a escola do campo é a “escola multisseriada” não é suficiente para garantir uma nova estratégia de intervenção. Deve-se, ademais, alargar os horizontes da nossa invenção pedagógica para que seja possível investigar e expressar as potencialidades de todos os sujeitos que freqüentam a escola do campo, definindo assim um tipo de identidade da escola do campo de acordo com as condições regionais e locais dos sujeitos que a freqüentam. Por essa razão, o sentido da pesquisa é tão importante. Cada educador pode fazer de sua experiência pedagógica com as classes multisseriadas e com o Programa Escola Ativa uma fonte de análise e de reflexão, para que se possa, o mais breve possível, dar outros passos em direção à escola que se quer para o campo brasileiro.

II O PROGRAMA ESCOLA ATIVA

As classes multisseriadas constituem uma especificidade da diversa realidade educacional do campo. Nesse sentido, o Programa Escola Ativa, enquanto estratégia de organização do trabalho da(o) educadora(or) e da escola com classes multisseriadas, incorpora os fundamentos e os princípios da Educação do Campo. Seu objetivo é criar condições para a aprendizagem voltada para a compreensão da

realidade social na qual a criança está inserida. Para isto, busca estimular vivências que objetivam a aprendizagem, a participação, a colaboração, o companheirismo e a solidariedade, envolvendo, reconhecendo e valorizando todas as formas de organização social.

O Programa Escola Ativa propõe o reconhecimento das diferenças e das diversidades étnicas, cultural, política, religiosa e ambiental. Busca, por outro lado, condições para a efetivação do princípio fundamental de igualdade no acesso e na permanência na escola. Uma vez garantido o lugar e a permanência, é preciso garantir o acesso à cultura através dos livros, dos materiais didáticos, da ampliação dos recursos pedagógicos, do teatro, da música e da arte em geral.

O Programa Escola Ativa é voltado para a valorização do profissional da educação escolar. A Educação do Campo busca a garantia de condições adequadas de formação – em caráter inicial e continuado –, de remuneração, de acompanhamento pedagógico e de possibilidades de intercâmbio, além de formas de aprendizagem em serviço. A valorização dos profissionais da educação supõe oportunidades de estudo da diversidade e dos processos de interação e de transformação do campo. Cabe a esse profissional destacado protagonismo uma vez que sua participação no processo de ensino e de aprendizagem, não se resume a um mero observador ou provocador de conflitos cognitivos, tendo papel decisivo na organização de situações de aprendizagem.

É de fundamental importância a consideração da comunidade em que a escola se encontra inserida. O princípio da gestão democrática do ensino público corresponde à participação da comunidade na elaboração do Projeto Pedagógico da escola, na definição de prioridades e na organização de tarefas administrativas e de gestão dos recursos da própria unidade escolar, bem como ao cuidado com o patrimônio da escola. Para o Programa Escola Ativa, a gestão democrática encontra-se concretizada no elemento curricular 'Colegiado Estudantil' e nos outros instrumentos de participação que chamam os(as) educandos(as) para assumir responsabilidades ante a escola e a comunidade.

Cabe ressaltar que o princípio de valorização da experiência extra-escolar e de vinculação entre educação, comunidade e meio ambiente, que estão inseridos nos processos históricos da sociedade, no Programa Escola Ativa se faz na busca da organização interdisciplinar dos conteúdos e da relação que se estabelece entre o conhecimento que os(as) educandos(as) trazem de suas experiências de vida e dos conteúdos escolares.

O Programa Escola Ativa baseia-se na compreensão de que, para auxiliar a prática das(os) educadoras(es), visando à aprendizagem dos(as) educandos(as), deve-se levar em conta que:

- O estudante é sujeito histórico marcado pelo processo social que vivencia e se

- constrói nas relações com o meio social e natural;
- As(os) educadoras(es) e educandos(as) são protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, sendo que o papel da(o) educadora(or) é o de planejá-lo e coordená-lo, introduzir novos conhecimentos, diversificar as possibilidades de acesso;
 - A realidade do estudante é o ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem que lê a realidade em patamares cada vez mais elevados de compreensão e intervenção social;
 - A aprendizagem supõe o estudo da realidade e de conceitos para melhor analisá-la, e a proposição de ações para transformá-la. Esse processo, proposto para estender e tornar viva a relação com o conhecimento, parte da problematização da vida social, passa por sua interpretação segundo os conhecimentos teóricos e posterior intervenção.
 - A aprendizagem deve estar relacionada com a vida social em todos os seus níveis de organização através do trabalho cooperativo, dentro e fora do espaço escolar.
 - A escola é o lugar específico onde a criança tem acesso a novos conhecimentos que são instrumentos mediadores que promovem o desenvolvimento humano.
 - A escola é o espaço de encontro entre os conceitos ligados ao senso comum, aos saberes individuais e comunitários e os conceitos científicos (saber sistematizado, conhecimento socialmente produzido pela humanidade)⁶.
 - A escola está inserida em um contexto social, político, econômico e cultural, e faz parte de sua tarefa pensar sua importância tanto na preparação para o trabalho quanto na formação do ser humano;
 - A(o) educadora(or) não pode e não deve atuar solitariamente⁷.

III CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Os princípios que fundamentam o Programa Escola Ativa estão relacionados às teorias e concepções de ensino e aprendizagem que orientam o trabalho em uma classe multisseriada. Toda ação educativa se baseia, inicialmente, na compreensão alcançada pela(o) educada(or), a respeito de qual será sua tarefa na formação dos seres humanos que estiverem sob sua responsabilidade. Cada educadora(or) se posiciona em função de sua experiência e seu domínio teórico e metodológico. Seus conhecimentos se transformam ao longo do tempo. O estudo contínuo faz parte do trabalho da(o) educadora(or) e sua atuação em sala de aula deve manter relação com a concepção presente no projeto Político Pedagógico da escola e depende dos materiais didáticos de que se dispõe para realizar o trabalho. É preciso também que haja relação entre o papel atribuído à escola, as concepções e as atividades de ensino e aprendizagem.

⁶ Vygotski se refere aos "conceitos espontâneos" que a criança aprende através da relação informal com o outro (comunidade, família) que atribuem significado às experiências vividas.

⁷ O Programa Escola Ativa não resolve ou substitui a necessidade de um educador auxiliar na sala de aula, a necessidade de melhoria das condições da escola, o acesso a livros e materiais didáticos, assim como a formação e a valorização do educador.

Ao direcionar a reflexão para a Educação do Campo, o Programa Escola Ativa busca sintonizar a ação educativa com uma distinta compreensão da escola, da relação educadora(or)-educando(a), da relação escola-comunidade e do sentido que pode adquirir a formação oferecida pela escola, na vida da comunidade e no futuro do país, através de um projeto distinto daquele que hoje dita os rumos do país. Não se compreende a escola como o único caminho para a transformação da sociedade, mas sabe-se que sem o acesso à educação qualquer tentativa de mudança social será limitada.

A concepção que fundamenta a proposta educativa defendida pela Educação do Campo busca superar qualquer visão de que o ser humano é regido unicamente por leis naturais. Trabalha-se com um ser histórico e, portanto, social, que não nasce pronto. Ele se forma como ser humano enquanto se relaciona com os outros e com as criações humanas. Á medida que produz sua vida socialmente, em determinado contexto, modifica-se. É através da ação sobre o mundo que habita que o ser humano se transforma, se desenvolve e aprende.

O mundo é sempre mais do que a comunidade local, o espaço reduzido que circunda a escola. A comunidade está inserida em uma totalidade maior da qual faz parte e pela qual é atingida, transformada. Basta observar como as mudanças econômicas ou tecnológicas atingem cada recanto do país, por mais remoto que seja. O domínio das questões que afetam a comunidade é tarefa da escola. Por exemplo, temas como a saúde, a água, o ambiente, os meios de comunicação, a produção de alimentos, etc são questões que afetam e interessam a toda a humanidade e delas podem derivar inúmeros subtemas de aprendizagem para as crianças. Nesse sentido, os Cadernos de Ensino e Aprendizagem do Programa Escola Ativa fundamentam-se na compreensão de que o ser humano e sua mente se formam e se constituem no ambiente social em que vivem.

A escola é, assim, para as novas gerações, e em particular para a Educação do Campo, o principal lugar de acesso ao conhecimento sistematizado, à riqueza cultural, às conquistas científicas. É através da apropriação da cultura geral, do domínio das teorias e de sua função social que se desenvolve a mente e as funções intelectuais superiores. Se, por um lado, as relações humanas possibilitam a aprendizagem da linguagem falada, tornando-se um elemento central no desenvolvimento, por outro lado a escola propicia o acesso e o domínio da linguagem escrita geradora de importante salto qualitativo na formação da mente humana. Segundo Vygotski (1995), a linguagem é arbitrária, ou seja, criada como meio para a relação do ser humano com a natureza. Ela possibilita o entendimento do mundo, de si mesmo e o domínio sobre as ações. O ser humano introduz, para a criança, signos criados arbitrariamente que

conferem significado a sua ação.

A educação cumpre, assim, uma dupla tarefa: permitir a apropriação⁸ dos conhecimentos sobre o mundo físico e social, e estimular, por essa razão, o desenvolvimento da mente⁹. Para Vygotski e seus companheiros de pesquisa, Luria e Leontiev (1978), é preciso superar as noções inatista¹⁰, ambientalista e interacionista¹¹ do desenvolvimento que reforçam a idéia de determinismo (inato ou do ambiente). A linguagem aparece na criança a partir de sua necessidade de sobrevivência e de comunicação (interpenetração do biológico, do psicológico e do cultural) e tem a função de organizar o pensamento e sua ação. Sendo assim, há que se considerar que a linguagem, em toda sua amplitude, é um instrumento de mediação com o mundo e constituidora da mente. Sem a linguagem o ser humano não dá significado ao mundo, não lhe dá nome, não elabora conceitos nem teorias, logo, não organiza sua ação.

Quando uma mãe ensina ao filho palavras como mesa, cachorro, árvore, rio, mato, peixe, ela está dando nome às coisas. Mas não o faz assim de forma mecânica e isolada. Insere cada conceito em seu contexto, oferecendo à criança o significado individual. E mais, a criança vive o conceito. E quanto mais esse contexto estiver próximo e relacionado com a vida da criança, mais ela o compreenderá e melhor se apropriará dele. A mesma coisa ocorrerá no contexto da escola. Como afirma Zanella (2001, p. 82), “para Vygotski, os signos constituem-se como categoria de mediação na transformação das funções psicológicas elementares¹² em funções psicológicas superiores¹³, à medida que estão incorporados à atividade prática”. Assim, a linguagem e seu significado se constituem a partir da prática e da vida real. A criança compreenderá melhor o significado da palavra cozinhar se observar sua mãe cozinhando; da palavra moer, se observar o trabalho do moedor. Com o tempo, sua capacidade de abstração aumenta e o acesso ao conhecimento passa a depender menos da experiência. Assim, ela será capaz de conhecer o mundo também através dos livros.

A linguagem é o meio, assim como os objetos materiais, através do qual o ser humano se relaciona com a natureza e com a sociedade. O conhecimento sobre a natureza e a sobre a sociedade se concretizam, se objetivam através dos objetos e da linguagem. A apropriação desses e dos conceitos auxiliam a organização da mente, dão significado, sentido e lógica ao mundo. Porém, este processo não ocorre conforme a visão ambientalista que afirma que o ser humano é o resultado da soma de tudo o

8 O conceito de objetivação e apropriação representa para Vygotski o mecanismo através dos quais o ser humano conhece o mundo. Todos os objetos criados, são objetivações, sejam materiais ou simbólicos, transformam o ser humano à medida que este os conhece, domina. Este domínio é a apropriação dos objetos, que são internalizados através da ação.

9 A aprendizagem promove o desenvolvimento daquilo que Vygotski chamou de *funções psicológicas superiores*, que consiste nas atividades voluntárias da mente como a atenção voluntária, a memória voluntária, planejamento, e outras que somente aparecem nos seres humanos a partir do domínio da fala.

10 A visão inatista parte do pressuposto que os eventos que ocorrem após o nascimento não são essenciais e/ou importantes para o desenvolvimento. As capacidades estão prontas. Sofrem poucas mudanças qualitativas ao longo da vida. O papel da educação é tentar interferir o mínimo possível no desenvolvimento espontâneo. A concepção ambientalista atribui um imenso poder ao ambiente no desenvolvimento humano. O homem é concebido como um ser extremamente plástico, moldável. (DAVIS E OLIVERIA, 1998).

11 Em seu estudo crítico sobre as pedagogias atuais, Duarte (2000) considera que o conceito de interação é limitado para compreender Vygotski. Afirma, portanto, que Vygotski não é interacionista nem construtivista, pois estes são conceitos associados a Piaget, que entende a relação aprendizagem e desenvolvimento de forma inversa à de Vygotski.

12 Exemplo: atenção e memória involuntária.

13 Exemplo: atenção e memória voluntária, criação, planejamento, imaginação.

que aprende. O caminho para compreender, assimilar e apropriar-se do conhecimento passa por debruçar-se sobre o mundo vivo, em ação, pois o ser humano se constitui na vida. O conhecimento, por sua vez, é o domínio da realidade pelo pensamento. A capacidade explicativa do conhecimento científico sobre o mundo é infinitamente maior que o conhecimento obtido através da experiência de cada um. A aquisição de conceitos permite organizar a realidade e o próprio pensamento e, portanto, o comportamento e a ação sobre o mundo. Segundo Vygotski:

O pensamento em conceitos é o meio mais adequado para conhecer a realidade porque penetra na essência interna dos objetos, já que a natureza dos mesmos não se revela na contemplação direta de um ou outro objeto isolado, senão por meio dos nexos e relações que se manifestam na dinâmica do objeto, em seu desenvolvimento vinculado a todo o resto da realidade (VYGOTSKI, 1995, p.79).

Nesta citação pode-se observar que o autor entende que é preciso conhecer a realidade, mas é preciso também penetrá-la, estudar as diversas características e qualidades que a definem. Assim, a(o) educadora(or) pode levar a criança a observar, por exemplo, o trabalho que o agricultor faz no campo, seus métodos e suas particularidades. Pode, também, levá-lo a conhecer, partindo deste trabalho, muito dos processos através dos quais as plantas nascem, crescem e se desenvolvem. Pode, ainda, estudar algo sobre os produtos usados na plantação, seu impacto sobre a natureza e sobre a saúde, aprofundando conceitos.

Para Leontiev (1978, p. 44), em suas atividades os seres humanos não se adaptam simplesmente à natureza, modificam-na de forma cada vez mais elaborada, buscando superar novas e crescentes dificuldades, criam objetos que satisfazem as suas necessidades e os meios para a produção desses objetos. Portanto, ao mesmo tempo em que atuam para garantir sua própria vida, através da produção de bens materiais, também investigam, descobrem, inventam e conhecem o mundo e a natureza. As novas gerações sempre se formam em um novo ambiente, em meio a novos conhecimentos, a novas tecnologias. Desse modo o ser humano desenvolve-se culturalmente.

Cada nova geração deveria poder apropriar-se dos progressos já alcançados pela atividade cognoscitiva das gerações anteriores, através do trabalho e das diferentes formas de sua atividade social. Porém, isso não acontece. O acesso a novos conhecimentos não é igualitário em nossa sociedade. Nesse caso, faz parte da luta da escola do campo buscar garantir esse acesso. É por essa razão que a teoria histórico-cultural tem adquirido cada vez maior importância. Está baseada na tese de que o ser humano tem infinitas capacidades, entre elas a de se transformar, transformando o mundo. A aprendizagem do conceito científico transforma a mente

da criança. A intervenção da(o) educadora(or) é necessária para que a aprendizagem ocorra. Sobre isso Vygotski afirma:

O desenvolvimento do conceito científico de caráter social se produz nas condições do processo de ensino, que constitui uma forma singular de cooperação sistemática entre o pedagogo e a criança. Durante o desenvolvimento desta cooperação amadurecem as funções psíquicas superiores da criança com a ajuda e participação do adulto. [...] A singular cooperação entre a criança e o adulto é um aspecto crucial do processo de ensino, juntamente com os conhecimentos que são transmitidos à criança [...]. (VYGOTSKI, 1993, p. 183).

Dessa forma, a educação escolar se constitui numa atividade mediadora entre o saber cotidiano e o saber não-cotidiano (científico). O conceito científico difere do conceito espontâneo. O primeiro se desenvolve a partir do segundo e deve encontrar referência na vida da criança. O segundo é adquirido de forma espontânea, a partir da experiência e de atividades cotidianas.

A boa aprendizagem é aquela que se adianta ao desenvolvimento. Assim, a idéia de estimular intensamente a criança torna-se centro da prática pedagógica. O desenvolvimento inicia-se na criança, desde que ela nasce, apesar de que suas funções, nesse momento, ainda serem instintivas. Posteriormente o mundo externo, e todas as suas condições, vão modificando a mente da criança, sua relação com o mundo, sua forma de comunicação. Gradativamente ela deixa de ser um processo natural para converter-se em um processo cultural, aprendendo novas formas de comportamento com a ajuda das pessoas ao seu redor. O desenvolvimento chega a um ponto em que os processos externos auxiliares são abandonados, pois o ser humano passa a possuir e a dominar novas técnicas, afirma Vygotski (1996, p. 215).

Portanto, a criança, à medida que assimila, internaliza ou se apropria do mundo de forma integral, adquire também autonomia e autocontrole do comportamento e da mente. É o domínio do conhecimento, afirma Duarte (2001)¹⁴, que irá possibilitar, em grande medida, alcançar, a evolução. Fora da escola a aprendizagem conceitual é considerada espontânea porque não ocorre de forma sistematizada. No entanto, na escola o processo educativo não pode ser deixado nas mãos das forças espontâneas. Isto seria tão “insensato quanto se lançar ao oceano e entregar-se ao livre jogo das ondas para chegar à América”, afirma Vygotski, (2003, p. 77). Segundo Lima (2007)¹⁵, a psicologia, área de conhecimento de maior influência na educação durante grande parte do século XX, trouxe a idéia, bastante difundida nas últimas décadas, segundo a qual a criança constrói seu próprio conhecimento. Embora a criança desempenhe um papel importante em seus processos de aprendizagem ela não os realiza sozinha:

¹⁴ Trabalho apresentado na Sessão Especial intitulada Habilidades e Competências: a Educação e as Ilusões da Sociedade do Conhecimento, durante a XXIV Reunião Anual da ANPED, 8 a 11 de outubro de 2001, Caxambu, MG.

¹⁵ LIMA, Elvira de Souza, Currículo e desenvolvimento humano. In: Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental. Salto para o futuro, boletim 17, 2007

esses processos se dão através da ação do adulto, afirma a autora.

Assim, o papel da(o) educadora(or) não é o de um mero observador ou provocador de conflitos cognitivos, sua participação é ativa e dirige o processo colocando à disposição do estudante os recursos necessários para a aprendizagem. O propósito da educação, nesse sentido, não é a mera adaptação do estudante ao seu ambiente, ou às condições de vida existente. A educação escolar transmite intencionalmente os conceitos científicos, sua tarefa é favorecer os processos de humanização.

Como já afirmamos anteriormente, e tomando como base os fundamentos acima apresentados, a organização por série pode ser substituída, em muitas ocasiões, por trabalhos em grande grupo, que envolvam a abordagem de um tema para todos, com diferentes níveis de envolvimento por etapa de desenvolvimento das crianças. As crianças também são estimuladas pelo trabalho coletivo, exercitando diferentes possibilidades de cooperação, de comparação e de troca de experiências e conhecimentos. A presença de uma criança mais experiente em contato com crianças menores pode se tornar fonte de aprendizagens. Esta é uma dimensão da aprendizagem proposta por Vygotsky (1995). A criança aprende com a(o) educadora(or) e com seus colegas de classe multisseriada.

Os Cadernos de Ensino e Aprendizagem articulam conhecimentos prévios, visão de mundo dos(as) educandos(as), seu ambiente vivencial, suas possibilidades interativas e o saber socialmente construído, a partir dos quais são introduzidos novos conhecimentos. Os conceitos científicos devem ser traduzidos e adaptados ao nível da criança através de atividades adequadas.

O trabalho pedagógico não consiste apenas na reiteração daquilo que a criança já sabe, mas na introdução de novos conceitos e a ampliação do universo do conhecimento e isto pode ser feito de formas diversificadas. A classe multisseriada pode ser uma importante fonte de novas experiências neste sentido. Isto implica uma séria responsabilidade para a escola. Não é trabalho para apenas um profissional solitário, mas para um sistema educacional. Oferecer recursos materiais e condições de formação, assim como possibilitar que o trabalho não seja isolado é condição para alcançar a escola de alto nível que se deseja para o Campo.

É importante destacar que todos os elementos e instrumentos da metodologia do Programa Escola Ativa estão alicerçados nesse conjunto de conceitos e fundamentos. O Caderno busca integrar todos eles e promover o diálogo de saberes: saber local e conhecimentos científicos, conteúdos de ensino e tecnologias educacionais no desenvolvimento do currículo.



ATIVIDADE PRÁTICA

- 1 Como devemos organizar estratégias de ensino a partir dos princípios que fundamentam o Programa Escola Ativa?
- 2 Como as idéias de Vygotski podem contribuir para a promoção da aprendizagem nas classes multisseriadas?



ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- Apresente para seu grupo.

Unidade



Módulo I

Metodologia do Programa Escola Ativa



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Quais as dificuldades enfrentadas para trabalhar com classes multisseriadas?
- 2 Quais as estratégias que conhece para realizar este trabalho pedagógico?
- 3 Leia e reflita sobre o texto a seguir:

I ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA METODOLOGIA DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

O Programa busca auxiliar o trabalho do educador em sala de aula. Para isto, propõem-se a implementação e o uso de diferentes elementos que, quando relacionados entre si, dão vida ao currículo. São elementos da Metodologia do Programa Escola Ativa:

a) Cadernos de Ensino e Aprendizagem

Os Cadernos de Ensino e Aprendizagem são livros específicos por disciplinas (Português, Matemática, História, Geografia¹⁶, Ciências e Alfabetização), desenvolvidos para utilização nas classes multisseriadas, elaborados de forma que o estudante possa desenvolver parte de suas atividades em sala de aula, seguindo suas orientações. Isso permite ao(a) educando(a) desenvolver um conjunto de atividades escolares sem o acompanhamento direto da(o) educadora(or), podendo avançar em seus estudos, através do trabalho individual e/ou coletivo. Tal procedimento não minimiza o papel da(o) educadora(or) no processo.

O livro do(a) educando(a) auxilia principalmente o trabalho simultâneo com as várias séries. Seu papel é sempre introduzir novos conteúdos, estabelecendo relações com o que a criança já sabe, ampliando as atividades escolares de ensino e aprendizagem para além do livro do estudante. Considera-se que a própria

¹⁶ No modelo antigo história e geografia eram substituídos por Ciências Sociais. Após a reformulação os livros de número 2 a 5 terão história e geografia (para 2010). O livro de alfabetização já contempla esta mudança.

realidade é uma totalidade com múltiplas relações, é nela que se encontra a interdisciplinaridade à disposição do trabalho escolar.

É necessário esclarecer que não se pretende que o livro do estudante seja um típico livro didático, mas um roteiro de aprendizagem que pode ser complementado e até modificado pela dinâmica da sala de aula. É possível, inclusive, que a seqüência dos conteúdos seja modificada. A estrutura do Caderno será mais detalhada posteriormente.

b) Cantinhos de Aprendizagem: espaços interdisciplinares de pesquisa.

Os Cantinhos de Aprendizagem reúnem materiais de pesquisa, subsídios para as aulas, onde acontece a experimentação, a comparação e a socialização de conhecimento. É bom que sua montagem seja feita por educandos(as), educadoras(es) e comunidade com acervo de livros, plantas, informações sobre animais, objetos sócio-culturais relacionados à cultura local e às áreas de conhecimento. Assim pode-se tomar um espaço vivo de fonte de recursos pedagógicos.

Como foi dito anteriormente, a realidade é uma totalidade interdisciplinar. Nela pode-se encontrar relações entre o Português, a Matemática, a Geografia, a História e as Ciências. Com o apoio dos Cantinhos de Aprendizagem é possível buscar as conexões entre a história local e a geral, percorrendo os espaços geográficos e territoriais, as literaturas, a matemática, a história, etc, que fazem parte de todo o ambiente que envolve e toca a criança. A arte também é importante instrumento de compreensão da articulação entre as disciplinas. É no campo que a criança vive de forma mais intensa e clara a relação do ser humano com a natureza e compreender as conseqüências de suas ações sobre ela.

Portanto, recomenda-se que esses espaços de pesquisa sejam utilizados e montados, preferencialmente, de forma interdisciplinar. Neles devem ser sempre introduzidos novos textos, materiais didáticos e resultados de pesquisas realizadas pela escola e pela comunidade. Poderá inclusive haver um comitê responsável por cuidar, preservar e criar situações de renovação desses espaços.

¹⁷ Que substitui o Governo Estudantil do modelo anterior, pois um colegiado é uma representação mais democrática, horizontal e coletiva, evitando personalismos.

c) Colegiado Estudantil

O Colegiado Estudantil¹⁷ é um elemento do Programa Escola Ativa que atua como co-gestor da escola ao integrar o Conselho Escolar. Sua função é estimular a auto-organização. A partir da vivência democrática os(as) educandos(as) participam ativamente da construção de sua história, da história de sua escola e de sua comunidade. Ao mesmo tempo em que transformam sua realidade, transformam a si mesmos.

d) Escola e Comunidade

Como parte da comunidade, a escola deve desenvolver atividades educativas e culturais relacionadas à vida política, às condições materiais dos(as) educandos(as) e da comunidade, à vida diária, ao ambiente organizativo e natural.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de estratégias educativas que tratem a formação humana como um todo, estabelecendo uma relação dialógica e de interdependência entre os conhecimentos sistematizados e as vivências do estudante e da comunidade.

Trabalhar sistematicamente novos conhecimentos, incorporando situações-problema sociais às atividades de sala de aula e ao processo de ensino e aprendizagem possibilita a relação entre as várias disciplinas, abrindo caminhos para a formulação de uma concepção educativa capaz de avançar em relação à mera classificação disciplinar e seriada.

Ao adotar uma organização diferenciada do trabalho pedagógico, explorando o coletivo multisseriado, em que a relação com a comunidade é rica e consistente, busca-se uma experiência escolar menos fragmentada, aponta-se para uma matriz formadora e para uma compreensão mais ampliada, integral do desenvolvimento da criança. Este caminho ainda está em construção e contará com a contribuição resultante da experiência de educadoras(es) e da pesquisa sobre o tema.



ATIVIDADE PRÁTICA

- 1 Em sua percepção, quais seriam as mudanças promovidas a partir da implantação do Programa Escola Ativa nas classes multisseriadas? Justifique.



ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- 1 Construa um roteiro para a implantação da Metodologia do Programa Escola Ativa na sua escola/sala de aula a partir:
 - das demandas dos sujeitos do campo; da realidade social, econômica e política e das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.
- 2 Apresente o roteiro em plenária.

Módulo II

Organização do trabalho pedagógico em turmas multisseriadas que adotam o Programa Escola Ativa



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Que contribuições do Programa Escola Ativa são apropriadas para o trabalho com as classes multisseriadas?
- 2 Agora, leia o texto que se segue:

O Programa Escola Ativa propõe formas alternativas de organização e de funcionamento de turmas multisseriadas. Não se pode trabalhar numa classe multisseriada dando a ela o mesmo tratamento de uma turma seriada. Para atender às necessidades dessas classes o Programa Escola Ativa propõe:

- Que, mesmo que os(as) educandos(as) sejam organizados por série para melhor circulação de informações, se trabalhe alternadamente com grupos, com todas as séries e entre séries, para que as crianças possam exercitar diferentes possibilidades de cooperação, de comparação e de troca de experiências e conhecimentos. A presença de uma criança mais experiente em contato com crianças menores pode se tornar fonte de aprendizagens.
- Que em cada grupo haja um monitor, escolhido pelos(as) educandos(as), que auxiliará o trabalho da(o) educadora(or) quando estiver em outro grupo coordenando o desenvolvimento das atividades.
- Que a(o) educadora(or) ressignifique sua prática pedagógica, deixando a prática centrada basicamente em aulas expositivas e no quadro de giz, para coordenar, orientar, expor, propor, dirigir e acompanhar as atividades dos(as) educandos(as) nos próprios grupos, intervindo em tempo hábil, observando suas necessidades

e levando em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem.

- Que a(o) educadora(or) estimule os(as) educandos(as) para o desenvolvimento da responsabilidade e da autonomia. É seu papel, mesmo assim, observar de perto o caminho seguido por cada estudante, estimulá-lo a dar passos e auxiliá-lo na busca de respostas ou na solução de problemas com seu próprio grupo. O desenvolvimento da autonomia ocorre tanto na realização de tarefas individuais, quanto coletivas, pois nos dois casos é necessário que o estudante assuma a responsabilidade de planejar, desenvolver e executar tarefas.
- Que educandos(as), educadoras(es) articulem todos os elementos da metodologia (Cadernos de Ensino e Aprendizagem, Colegiado Estudantil, Cantinhos de Aprendizagem e Comunidade) a fim de viabilizar o desenvolvimento das atividades de forma significativa e, conseqüentemente, uma aprendizagem satisfatória. Essa articulação deverá ser garantida a partir do planejamento diário das atividades de cada série.



ATIVIDADE PRÁTICA

- Crie uma forma de articular todos os elementos da Metodologia do Programa Escola Ativa em uma sala de aula multisseriada.



ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- Apresente para o grupo.

Módulo III

Gestão Democrática



ATIVIDADE BÁSICA

Vamos fazer uma pequena reflexão em grupo:

- 1 Como você imagina a atuação do Conselho Escolar em uma escola com classes multisseriadas?
- 2 Como poderia ser a composição do Conselho Escolar em uma escola do campo?
- 3 Como relacionar o papel do Conselho Escolar ao Projeto Político-Pedagógico da escola?
- 4 Leia, agora, o seguinte texto:

A gestão democrática constitui-se um dos princípios da educação. Ela pode ser considerada como um meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos da educação, num processo contínuo de avaliação de suas ações, envolvendo permanente diálogo para germinar novas decisões. Este princípio está presente na LDB N.º. 9.394/96 que destaca em seu Artigo 3º, inciso VIII "gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino". Nesse sentido, a gestão democrática participativa é fundamental para o estabelecimento de novas relações na organização escolar, principalmente no que se refere à efetividade do ensino.

A existência de instâncias de reflexão e de decisão entre gestores, educadoras(es), funcionários, educandos(as), pais, mães e comunidade organizada, promove o empoderamento dos diversos segmentos da comunidade escolar, a aprendizagem

do compromisso com o social, do respeito às regras, da criação coletiva de soluções dos problemas, do respeito ao outro, enfim, do papel social e político da escola.

Portanto, a escola que participa do Programa Escola Ativa organiza duas instâncias de Gestão Democrática:

- a) O Conselho Escolar
- b) O Colegiado Estudantil

Nesse processo de organização é de fundamental importância a relação Escola–Comunidade para a qualificação do Projeto Político-Pedagógico e do acompanhamento da aprendizagem escolar.

- a) **Conselho Escolar** — “O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico”¹⁸. Os segmentos indicarão seus representantes para os Conselhos Escolares. Esse colegiado tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras. Ele constitui-se num espaço vital para a formação participativa de todos os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem.

Se a escola ainda não organizou o Conselho Escolar deve criar uma “comissão pró-conselho”, que é constituída por um representante de cada segmento da comunidade escolar com os seguintes objetivos: (a) tomar as primeiras iniciativas para a sensibilização das pessoas envolvidas com a escola; (b) organizar o processo de escolha dos representantes; (c) elaborar a proposta de regimento, entre outras atividades. Após a indicação ou a eleição de todos os representantes dos diversos segmentos, essa comissão se dissolve, o Conselho Escolar é empossado e inicia suas atividades. Para o desenvolvimento desse trabalho, essa comissão poderá obter subsídios do Caderno nº 9 – **Conselho e Educação do Campo do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**, do MEC/SEB.

A escolha dos representantes dos pais deverá ser feita em reunião envolvendo o maior número possível de participantes. Os representantes das(os) educadoras(es), dos funcionários e dos(as) educandos(aos) são eleitos por seus pares em reunião ou assembléia realizada especificamente com essa finalidade.

- b) **O Colegiado Estudantil** — O Colegiado Estudantil é um coletivo de representantes dos comitês, proposto pelo Programa Escola Ativa como forma de favorecer a implantação da gestão democrática e fortalecer a participação dos(as) educandos(as) e da comunidade. Sua função é estimular a auto-organização por meio de decisões coletivas, do planejamento e da execução

¹⁸ Caderno: Conselhos Escolares: uma estratégia de Gestão Democrática de Educação Pública, p. 34. Programa nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares, MEC/SEB, 2004.

de tarefas, assim como da coordenação de assembléias. O Colegiado Estudantil terá sua representação no Conselho Escolar, estrutura prevista na LDB/96, que reúne também os educadores e a comunidade.

A vivência coletiva estimula os(as) educandos(as) a uma maior organicidade. A experiência demonstra que essa participação contribui para que os(as) educandos(as) compreendam as diversas formas existentes de compromisso com a sociedade, os mecanismos de participação e de gestão, promovendo, assim, a aprendizagem cooperativa. O Colegiado deve constituir-se em um espaço de formação política e de aprendizagem do compromisso da escola com a comunidade.

Nessa perspectiva, o Colegiado Estudantil propicia a construção da autonomia¹⁹. Segundo Barroso (1998, p. 16):

¹⁹ Capacidade de se governar por si mesmo; emancipação; autodeterminação. Implica também o reconhecimento da interdependência e a necessidade de cooperação e trabalho coletivo.

o conceito de autonomia está etimologicamente ligado à idéia de autogoverno, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou as organizações) têm de se regerem por regras próprias [e de que] a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) de decidir, ela não se confunde com a “independência” [na medida em que a] autonomia é um conceito relacional [...] sua ação sempre exerce sempre num contexto de interdependências e num sistema de relações.

Portanto, a autonomia vem acompanhada por responsabilidade. Ambas são dimensões indissociáveis, à medida que uma é a prática concreta da outra, favorecendo os desenvolvimentos social, cognitivo, afetivo, moral e cívico dos(as) educandos(as), permitindo que as crianças exercitem suas capacidades, elevem a auto-estima, desenvolvam o espírito cooperativo e o sentimento de pertença ao grupo. Esse Colegiado representa, na gestão escolar e pedagógica, o desenvolvimento de uma visão integral dos processos que envolvem a comunidade escolar e promove, ainda, a compreensão de que, a partir da escola, podem-se efetivar mudanças na vida comunitária.

A organização do Colegiado Estudantil deve envolver toda a comunidade na qual a escola está inserida e todas as suas fases deverão ser compreendidas e vivenciadas definindo as responsabilidades e funções dos(as) educandos(as). Sua organização compreende as seguintes fases:

SENSIBILIZAÇÃO

Período em que a(o) educadora(or) orientará os(as) educandos(as) sobre a importância, a função, a finalidade e a organização do Colegiado, sensibilizando-os a participarem ativamente de todo o processo. A comunidade poderá ser envolvida através do relato de experiências vividas e de outras atividades. Em seu planejamento

a(o) educadora(or) poderá realizar atividades que permitam tratar do tema, tais como: teatro, filmes, jogos, debates etc.

ORGANIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

Planejamento e realização da primeira Reunião Geral, presidida pelo educador(a) e representante do Conselho Escolar (se já estiver organizado). Nessa reunião serão definidos os Comitês de Trabalho levando em conta as necessidades da escola. Esse planejamento tem caráter social, pedagógico e administrativo, deve estabelecer as funções dos membros dos Comitês de Trabalho de acordo com as ações planejadas pelo coletivo escolar. Os planos de ação dos comitês devem ser exeqüíveis pelos(as) educandos(as) em parceria com a comunidade, com as instituições e as organizações sociais. Poderão ser criados diversos tipos de Comitês, por exemplo:

- 1 Comitê de Atividades Culturais** — Responsável pela organização de eventos culturais na escola, pelo resgate da cultura e pela preparação de atividades que envolvam toda a comunidade escolar e local. Será responsável por estimular o gosto pela cultura, incentivando a criação de grupos de teatro e de pequenos projetos de resgate cultural (ex: resgate das brincadeiras de roda da região) e articulação com os(as) educandos(as) para elaboração da monografia da comunidade.
- 2 Comitê do Meio Ambiente** — Responsável por promover campanhas, elaborar projetos e sensibilizar a comunidade escolar e local sobre a importância da preservação do meio ambiente.
- 3 Comitê de Recreação** — Grupo responsável por planejar atividades recreativas a serem desenvolvidas no horário do recreio/intervalo e nas atividades conjuntas com a comunidade escolar e local, e promover momentos de integração.

Outros Comitês podem ser definidos pelo educador(a) em parceria com os(as) educandos(as) e com a comunidade, podendo ser elaborada uma pesquisa de opinião para a escolha desses Comitês. Nessa fase serão realizadas reuniões para definir os Comitês e seus respectivos objetivos. O Conselho Escolar será convidado a participar como orientador e colaborador do processo. Os(as) educandos(as) voluntariamente se inscreverão para participar do Comitê com o qual tiver maior afinidade e interesse. Após a composição dos Comitês os(as) educandos(as) se reunirão em seus respectivos grupos para definir os representantes dos Comitês, que terão a função de coordenar os trabalhos dos grupos e formar o Colegiado Estudantil. Por exemplo, se uma escola definir a implantação de 4 Comitês, o Colegiado Estudantil terá o mesmo número de representantes em sua composição. Os membros dos Comitês também

definirão um relator que será o responsável pelo registro de todas as decisões do Colegiado Estudantil. As Reuniões Gerais ocorrerão ao longo de todo o ano letivo e serão presididas pelos representantes dos Comitês, alternadamente. Quando o representante do Comitê for responsável pela condução da Reunião Geral, o relator fará o registro. Os representantes de cada Comitê deverão se apresentar na Reunião Geral para aclamação do grupo, compondo assim o Colegiado Estudantil.

Considerando o papel de representação dos(as) educandos(as) junto ao Colegiado Estudantil, sugere-se a permanência dos representantes por um período em torno de 06 meses. Ao final desse período, os(as) educandos(as) participarão novamente de uma Reunião Geral para composição dos novos Comitês e escolher os novos representantes.

Após a aclamação dos representantes em Reunião Geral, cada Comitê elaborará seu plano de ação, no qual constará as ações que serão desenvolvidas, os objetivos, as estratégias, o cronograma com previsão de execução e os responsáveis por cada ação. Os planos elaborados serão apresentados pelos representantes dos Comitês para apreciação dos(as) educandos(as) que poderão propor mudanças antes de aprová-los.

DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

A atuação dos Comitês permeará todas as atividades do currículo durante o ano letivo. Para garantir o êxito na gestão escolar, a(o) educadora(or), os(as) educandos(as) e a comunidade deverão elaborar projetos em consonância com temáticas de caráter social que estimulem a ampliação do currículo e proporcionem contribuições para o desenvolvimento local.

Com o objetivo de desenvolver as ações efetivas dos Comitês é fundamental o monitoramento e a avaliação do processo, que se dará por meio de reuniões sistemáticas e freqüentes para avaliação e redefinição dos planos de ação. As decisões tomadas nas reuniões deverão ser registradas em cadernos próprios de cada Comitê, com a assinatura dos presentes. Essas decisões deverão ser relatadas nas Reuniões para a apreciação e a validação por todas os(as) educandos(as). A Reunião Geral tem poder decisório sobre o planejamento e sobre a execução das ações de todos os Comitês.

No desenvolvimento das ações o Colegiado Estudantil utilizará instrumentos com caráter social, pedagógico e gestor, objetivando o exercício de vivências democráticas no cumprimento das funções. Os instrumentos abaixo citados são sugestões que poderão ser implementados ou adaptados à realidade de cada unidade escolar. Outros instrumentos poderão, ainda, ser criados pelos(as) educandos(as). São instrumentos do Colegiado Estudantil:

- I **Livro Ata do Colegiado Estudantil** — Livro para registro das Reuniões Gerais, das sugestões e dos compromissos registrados em caixas para esse fim, e de todas as ações desenvolvidas pelo Colegiado Estudantil. O registro no Livro Ata fica sob a responsabilidade do relator de cada Comitê, a ser definido pelos representantes.

- II **Cartaz dos Combinados** — Elaborado sob a coordenação do educador(a), em Assembléia Geral, na qual os(as) educandos(as) definirão normas para a vivência democrática. Os acordos serão registrados em um cartaz que deverá ser fixado em local visível a todos. O Cartaz de Combinados deverá ser avaliado periodicamente nas Reuniões Gerais para ampliação e/ou reformulação das normas. Esse instrumento possui função social, pois propicia a prática dos direitos e deveres, valorizando a formação humana para a participação; possui função gestora, porque estabelece regras disciplinares, construídas coletivamente; e também possui função pedagógica, pois favorece a reflexão sobre a leitura e a escrita.

- III **Ficha de Controle da Presença** — Confeccionada com o auxílio de educandos(as), consiste na construção de um cartaz mensal, no qual se registra os dias do mês, escritos horizontalmente, e os nomes dos(as) educandos(as), em ordem alfabética, em disposição vertical. Os(as) educando(as), assim que chegam à sala de aula, registram sua presença. Ao final do mês os representantes dos grupos de estudo (monitores) apresentam um relatório ao educador(a) e à turma. Esse instrumento possui diversas funções: função social, pois desenvolve os sentimentos de pertença e de responsabilidade pela participação na construção do conhecimento; função pedagógica, que permite a exploração dos conteúdos curriculares em aspectos como: a elaboração de operações matemáticas contextualizadas com o número de presença ou de ausência; trabalha com a ordem alfabética, os nomes próprio, entre outros; e a função gestora, uma vez que otimiza o tempo pedagógico na escola, tendo em vista que os(as) educandos(as), ao chegarem, registram sua presença, propiciando a auto-organização

- IV **Caixa de Sugestão** — Instrumento confeccionado pelas crianças. Nele serão colocadas sugestões de cunho administrativo, pedagógico e social para o desenvolvimento da gestão escolar. Os representantes dos Comitês serão os responsáveis por coletar e registrar as sugestões, discutindo-as com os(as) educandos(as) e com o Conselho Escolar quando da implementação na escola.

- V **Caixa de Compromisso** — Confeccionada pelos(as) educandos(as) para registrar os compromissos assumidos nas atividades sociais e pessoais desempenhadas

pelos(as) educandos(as). Os representantes dos Comitês são os responsáveis pelo registro dos compromissos no Livro Ata do Colegiado Estudantil. Esse registro será lido na Reunião Geral.

VI Caderno de Auto-avaliação do(a) Educando(a) — É utilizado para registro pessoal das interações ocorridas no ambiente escolar. A(o) educadora(or) estimulará o(a) educando(a) a registrar as percepções, inquietações, desejos, desafios e os avanços com relação à sua aprendizagem e ao envolvimento nas ações do Colegiado Estudantil. Periodicamente, em momento e forma combinados antecipadamente com o(a) educando(a), a(o) educadora(or) terá acesso a este caderno com o objetivo de subsidiar o processo de avaliação do(a) educando(a), bem como de sua própria prática profissional. Possíveis comentários escritos no próprio caderno, por parte da(o) educadora(or), deverão considerar esses objetivos e o seu caráter pedagógico voltado para o compromisso com a aprendizagem, acompanhado de reflexões, sugerindo caminhos e desafios para os(as) educandos(as).

O Colegiado Estudantil estabelece um elo com todos os elementos e instrumentos do Programa Escola Ativa. Por meio dele os(as) educandos(as) interagem com o ambiente sócio-cultural. Esse processo envolve a utilização dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem e dos Cantinhos de Aprendizagem; articula a comunidade, as(os) educadoras(es), as instituições e as organizações sociais existentes no entorno da escola. Nesse sentido FREITAS (2000) citando Pistrak, destaca que:

(...) nossa época é época de luta e construção, sendo construção que parte da base, construção apenas possível e bem sucedida nas condições em que cada membro da sociedade compreenda, claramente, o que precisa construir (...) E por quais caminhos realizar essa construção. O último exige o desenvolvimento de três coisas básicas: 1) habilidade de trabalhar coletivamente, habilidade de encontrar seu lugar no trabalho coletivo; 2) habilidade de abraçar organizadamente cada tarefa; 3) capacidade para a criatividade organizativa. A habilidade de trabalhar coletivamente cria-se apenas no processo do trabalho coletivo. (...) Mas a habilidade de trabalhar coletivamente significa também a habilidade de quando necessário, dirigir e, quando necessário, subordinar-se. (...) toda criança deve passar através da direção e da subordinação nos órgãos de autodireção, os quais não devem manter prazos de mandados muitos longos.

A implantação do colegiado estudantil oportuniza o desenvolvimento das três habilidades referidas pelo autor e desencadeia o processo de construção do trabalho

coletivo e da vivência democrática.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo²⁰, nos Art. 10 e 11, destacam a participação das famílias, da comunidade, das(os) educadoras(es), dos movimentos sociais e sindicais no estímulo à formação de colegiados e de espaços formativos para a vivência participativa. Essa perspectiva também é reforçada no Artigo 2º das Diretrizes, parágrafo único, quando aponta para a especificidade da escola do campo:

20 Resolução
CNE/CEB Nº 1 – de
3 de abril de 2002

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade de vida coletiva do País (Brasil, 2002)

O Colegiado Estudantil é um caminho para auxiliar o trabalho pedagógico do educador, contribuindo na gestão escolar. É uma maneira de envolver os(as) educandos(as) nas tarefas de ensino-aprendizagem em classes multisseriadas. Possibilita que o(a) educando(a) participe ativamente da organização dos espaços pedagógicos e, dessa forma, construa sólidos conhecimentos práticos de democracia participativa.



ATIVIDADE PRÁTICA

- I Elabore uma atividade utilizando um dos instrumentos do Colegiado Estudantil, destacando suas funções no processo de ensino e aprendizagem.



ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- I Em parceria com o Conselho Escolar, planeje uma atividade junto à comunidade, na qual o Colegiado Estudantil possa demonstrar a compreensão de suas responsabilidades e funções, e que um dos instrumentos do Colegiado sirva para a construção de ações concretas na comunidade.

Módulo IV

Relação Escola-Comunidade



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Qual é o diálogo que existe entre a comunidade e a escola?
- 2 O que a escola conhece da vida da comunidade, considerando suas lutas, suas organizações e suas atividades comunitárias?
- 3 Quais são os benefícios que os grupos organizados buscam para a sua comunidade?
- 4 Como os pais e as outras pessoas da comunidade participam da vida da escola?
- 5 Leia e reflita sobre o seguinte texto:

Dentro da Gestão Democrática e fazendo parte do Conselho Escolar está a comunidade. Tal como foi descrito anteriormente, a comunidade deverá estar envolvida tanto com o Conselho Escolar quanto com o Colegiado Estudantil. Reafirma-se a importância da educação escolar no processo de construção da história de uma sociedade. Nesse contexto, na elaboração e no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, a escola não pode deixar de refletir sobre o tipo de relação que pretende e que deve manter com o meio social no qual está inserida, uma vez que é influenciada e influencia esse meio.

Se a escola, em sua essência, tem como papel proporcionar oportunidades para a sistematização e para a consolidação do conhecimento construído social e coletivamente e, se isso ocorre a partir da interação entre os sujeitos e destes com o ambiente em que vivem, não é possível a essa instituição desenvolver as atividades educativas alheias aos anseios do povo de sua comunidade. Referindo-se a esta relação, Içami Tiba (2006) afirma que se deve lembrar sempre que pais e escola

deveriam ser parceiros. Pais com coerência, constância e escola com consequência educativa são complementares.

O Programa Escola Ativa, enquanto política educacional para as escolas com classes multisseriadas, comunga do que está definido nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, principalmente quando se trata do projeto institucional das escolas:

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (Resolução CNE/CEB Nº 1, 2002).

Partindo dessa concepção, o Programa Escola Ativa deve estabelecer como um dos eixos norteadores de suas ações a interação entre a escola e a comunidade, compreendendo que somente a partir do diálogo entre essas duas instâncias é possível promover a formação do ser humano comprometido com a transformação social.

Com o objetivo de viabilizar e fortalecer o diálogo qualificado e promover a formação crítica dos estudantes, o Programa Escola Ativa propõe atividades e instrumentos que oportunizem ao processo educativo maior conhecimento da realidade da comunidade em que a escola está inserida, de suas potencialidades e de seus desafios. Esses instrumentos devem promover também a participação da comunidade escolar e da comunidade em geral para deliberar sobre os avanços e sobre as dificuldades apresentadas pela escola. São eles:

- 1 Assembléia Geral** — Reunião com o envolvimento de pais, de estudantes, dos educadores e da comunidade com a finalidade de debater e de deliberar sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras, apoiando a atuação do Conselho Escolar e do Colegiado Estudantil. Ela ocorre sempre que o Conselho Escolar considerar necessário;
- 2 Dia das Conquistas:** Dia destinado a apresentação à comunidade dos êxitos atingidos pelos(as) educandos(as) em relação ao processo de ensino e de aprendizagem e em relação a participação nas ações do Colegiado Estudantil;
- 3 Oficinas:** Momentos de integração entre comunidade, educadores(as) e estudantes, nos quais pessoas da comunidade incentivarão e apoiarão o trabalho desenvolvido pelos(as) educandos(as) e pelas(os) educadoras(es). Podem

ser convidados trabalhadores de várias ocupações, atividades econômicas ou artísticas para mostrar seu trabalho;

4 Palestras informais: Situações planejadas pela escola a partir dos interesses e das necessidades da comunidade, visam proporcionar o debate e o aprofundamento a cerca de temas propostos;

5 Eventos de Integração Social: Encontros organizados e coordenados pelo Conselho Escolar com o fim de proporcionar à comunidade, estudantes e educadores(as) momentos de lazer e de diversão coletiva. Podem ser eventos como: bazares, festivais, saraus literários, apresentações teatrais, musicais etc;

Os instrumentos sugeridos pelo Programa Escola Ativa são parte integrante do currículo da escola e terão melhores resultados quando produzidos e utilizados em articulação com os demais elementos. Esses instrumentos possibilitam compreender melhor as transformações geográficas e históricas ocorridas na comunidade.

A participação da comunidade pode ser estimulada e concretizada através das seguintes atividades:

1 Croqui — Mapa da comunidade construído pelos(as) educandos(as) a partir de uma observação cuidadosa do espaço local; tem por finalidade promover a descrição geográfica da realidade observando os limites territoriais. Todo o processo de construção do croqui é feito com a participação de todos: pais, estudantes e educadores(as). É importante que ele seja exposto em murais, paredes e demais locais servindo de suporte juntamente com o mapa do Município, do Estado, do Brasil e do mundo para serem utilizados em situações apropriadas;

2 Monografia da Comunidade — Texto no qual se faz a descrição detalhada da comunidade envolvendo uma série de aspectos: histórico, geográfico, cultural, ocupacional, doméstico, organizacional e de saúde, entre outros;

3 Ficha Familiar — Instrumento que permite dispor de informações (endereço, n.º. de irmãos, vacinas, etc.) sobre os(as) educandos(as) e as famílias que fazem parte da comunidade educacional;

4 Calendário de Produção — É a organização em um calendário das atividades econômicas exercidas na comunidade. Esse calendário deverá proporcionar conhecimentos de técnicas de cultivo da terra, ciclo de cada atividade produtiva

e as ferramentas utilizadas para sua execução. Desse modo, essas atividades transformam-se em temas abordados nas diversas áreas do conhecimento.

É importante ressaltar que, ao conhecer a comunidade e estreitar as relações entre ela e a escola, possibilita-se a atuação da comunidade como co-gestora. Isso poderá contribuir para que a educação se torne uma responsabilidade de todos, uma vez que a escola é da comunidade e deve atender às necessidades dessa comunidade.

Assim sendo, a escola juntamente com a comunidade debaterá e discutirá as realidades do campo e proporcionará o desenvolvimento de experiências educativas sobre questões vinculadas à vida da comunidade e, ainda, motivará educadores(as) e estudantes para a articulação entre os saberes escolares e extra-escolares de modo a contribuir para o desenvolvimento da comunidade e do processo de ensino e aprendizagem.



ATIVIDADE PRÁTICA

- 1 Construa instrumentos que possam ser utilizados para a interação entre a escola e a comunidade.



ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- 2 Apresente em plenária os instrumentos construídos, destacando as possibilidades sua de aplicação para o desenvolvimento de ações concretas junto à comunidade.

Módulo V

Cantinhos de Aprendizagem: espaços interdisciplinares de pesquisa



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Quais são as formas possíveis de organizar o espaço escolar para que se efetive o processo de ensino e aprendizagem?
- 2 Leia o seguinte texto:

O Cantinho de Aprendizagem é um dos elementos de apropriação e de sistematização do conhecimento e compõe a estratégia metodológica do Programa Escola Ativa. Sua elaboração visa auxiliar a organização do espaço escolar e a necessidade de proporcionar aos(às) educandos(as) a maior variedade de situações e recursos que potencializem o processo de ensino e aprendizagem.

Os Cantinhos são espaços na sala de aula a partir dos quais educadoras(es) podem promover atividades de pesquisa, observação, comparação, experimentação, análise e manuseio de materiais concretos, entre outros recursos. Através deles pode-se realizar atividades que resgatem e promovam o diálogo entre os diferentes saberes, configurando eventos interdisciplinares. A troca e a integração entre os saberes e as experiências de educadoras(es), educandos(as) articulados aos conhecimentos historicamente acumulados promovem um trabalho pedagógico ressignificado.

Para a organização e utilização dos Cantinhos de Aprendizagens orienta-se que as(os) educadoras(es) observem que:

- Os materiais de uso dos(as) educandos(as) estejam dispostos de forma acessível, de modo que eles possam ter autonomia no seu uso.
- As produções individuais e coletivas dos(as) educandos(as) sejam dispostas nas

paredes dos Cantinhos de Aprendizagem construindo um ambiente atraente e valorizando o seu trabalho. Entretanto, os demais espaços da sala de aula também podem ser explorados.

- Os materiais utilizados nos Cantinhos de Aprendizagens possam ser sempre atualizados, tendo-se o cuidado para que não aconteça a poluição visual na sala de aula.
- O espaço de trabalho esteja sempre organizado e limpo para proporcionar um ambiente de estudo agradável. O(a) educando(a) pode ficar responsável por essa organização, através da divisão de grupos e tarefas.

As orientações acima descritas se apóiam nos pressupostos de Wallon (1995), para quem o planejamento das atividades não deve se restringir à seleção de conteúdos de ensino, mas incluir uma reflexão acerca do espaço em que as atividades serão realizadas, atentando-se para a área de ocupação dos materiais utilizados pela criança. A definição e a disposição dos Cantinhos de Aprendizagens em sala de aula dependem da criatividade dos(as) educandos(as) e dos educadores(as). O importante é que sejam organizados com base em estratégias de mediação e interlocução dos diversos conhecimentos a fim de promover a aprendizagem.

Na seleção dos materiais que compõem os Cantinhos de Aprendizagens a comunidade do campo é uma colaboradora. Ao conhecer a comunidade e ao estreitar as relações entre essa e a escola, possibilita-se a sua participação enquanto co-gestora e contribui-se para que a educação se torne uma responsabilidade de todos, uma vez que a escola é da comunidade e, portanto, deve atender às necessidades dessa.

No processo de busca dos materiais para confecção/manutenção dos Cantinhos de Aprendizagens, os(as) educandos(as) podem fazer uso de diferentes instrumentos, tais como: Croqui, Calendário de Produção e Monografia da Comunidade.

Além desses instrumentos pode-se, ainda, explorar as diversas áreas de conhecimento e o diálogo entre elas, a saber:

Em **LINGUAGENS**: materiais que estimulem o desenvolvimento da sensibilidade artística, estética, corporal e de práticas discursivas. Para tanto, além dos materiais disponibilizados, é preciso conhecer e compreender os gêneros textuais orais e/ou escritos, seus usos, suas finalidades e suas intenções, incluindo os textos que circulam socialmente e aqueles produzidos pelos(as) educandos(as).

Em **CIÊNCIAS NATURAIS**: o contato com a natureza e com as tecnologias possibilita a observação, a experimentação, o debate e a ampliação de conhecimentos científicos.

Em **HISTÓRIA** e **GEOGRAFIA**: situações que favoreçam o estudo, a análise e a comparação entre paisagens que o(a) educando(a) frequenta e outros ambientes; reflexões sobre as relações entre o ser humano, o meio social e suas interferências na construção e reconstrução da sua história e na história do seu espaço social.

Em **MATEMÁTICA**: noções lógico-matemática, jogos e situações-problema, troca de experiências entre os(as) educandos(as) e estímulo ao desenvolvimento do raciocínio.

Sabe-se que garantir a presença de materiais e recursos pedagógicos no espaço escolar é uma medida que, por si só, não garante mudanças na aprendizagem. Mas, acredita-se que seja imprescindível a(o) educadora(or) fazer uso dos materiais de forma contextualizada, dialogando entre os saberes das diferentes áreas, de modo a possibilitar ao(à) educando(a) o acesso à compreensão total da realidade.

B ATIVIDADE PRÁTICA

- I Apresente uma proposta de organização interdisciplinar dos Cantinhos de Aprendizagem considerando: **a)** Os critérios para disposição; **b)** Os recursos materiais necessários à organização **c)** Os materiais que deverão compor esses espaços.

C ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- I Socialize a atividade elaborada e justifique para o grupo a proposta de trabalho.

Módulo VI

Metodologia dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Compare a estrutura deste Caderno de Formação com o Caderno de Ensino e Aprendizagem do(a) educando(a) e identifique os pontos em comum.
- 2 Agora, leia e reflita sobre o texto a seguir:

Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, promover a aprendizagem coletiva, proporcionar o confronto de idéias, estimular a pesquisa e a consulta, provocar questionamentos, são essas algumas das finalidades dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem do Programa Escola Ativa. Esses Cadernos funcionam para o(a) educando(a) como um espaço formador em que ele aprende a elaborar e a expressar melhor suas idéias ao ser introduzido no universo da análise, da interpretação e da transformação da realidade.

Tais Cadernos de Ensino e Aprendizagem possuem uma estrutura que procura facilitar a aprendizagem de forma dinâmica e cooperativa, buscam integrar os conteúdos e remeter à pesquisa e à discussão problematizadora. Partem da idéia de que a realidade é interdisciplinar. O conhecimento sobre ela pode ser articulado e relacionado com os interesses dos sujeitos, a partir do contexto em que estão inseridos e pelo qual são motivados.

Com esses Cadernos, os(as) educandos(as) trabalham de acordo com o seu ritmo. Mesmo estando inseridos em um grupo multisseriado, eles vão avançando no estudo de acordo com as aprendizagens. Essa dinâmica permite à(ao) educadora(or) ajudar aqueles educandos(as) que precisarem se ausentar da escola por um determinado período (por motivos de saúde, atividades familiares, clima, etc) pois,

ao retomarem, darão prosseguimento aos estudos do ponto em que pararam, sem prejuízo para sua aprendizagem. Isto é possível, também, devido à noção de ciclo que auxilia a organização do currículo, unificando os três primeiros anos do Ensino Fundamental no ciclo de alfabetização.

Em sua estrutura, esses Cadernos possuem Atividades Básicas (**A**), Atividades Práticas (**B**) e Atividades de Aplicação e Compromisso Social (**C**). São atividades seqüenciais, que favorecem a pesquisa e a problematização, possibilitam a construção do conhecimento no coletivo e individualmente, promovem o estímulo à cooperação, ao diálogo, à reflexão e à partilha de idéias. As atividades **A**, **B** e **C**, no conjunto, compõem um módulo, e esses, por sua vez, compõem as unidades. Um conjunto de unidades forma o Caderno de Ensino e Aprendizagem:

Atividades A, B e C

Módulo

Unidade

Caderno de Aprendizagem

Ao se detalhar as atividades integrantes de cada módulo, tem-se:

ATIVIDADE BÁSICA

A Atividade Básica tem por objetivo explorar os conhecimentos prévios do(a) educando(a), convidando-o à aquisição de novos conhecimentos. Nela são abordadas situações reais, vivenciadas pelo(a) educando(a), a partir de provocações, estímulos, análises observações, reflexões, interações com outros(as) educandos(as), com a(o) educadora(or) e com o próprio texto, conduzem a novas aprendizagens, ou seja, novos conhecimentos que aparecem como resultado de um processo de ampliação, diversificação e aprofundamento do conhecimento anterior.

Na atividade Básica (A), o(a) educando(a) tem a oportunidade de problematizar, perguntar, elaborar questões sobre o mundo e buscar respondê-las através de seus estudos. Poderá compartilhar e negociar diferenças de pontos de vista, desconstruir opiniões, contextualizar e problematizar outras; fazer previsões, propor novas alternativas que superem as deficiências detectadas no debate, apropriando-se de forma ativa e criativa de novos conteúdos e aprendizagens.

ATIVIDADE PRÁTICA

A Atividade Prática visa consolidar os conhecimentos e a aplicação do aprendido através dos projetos ou pesquisas iniciados na atividade básica. Nesse momento, a(o) educadora(or) pode observar se as idéias do(a) educando(a) vão tomando corpo, tornando-se coesas e precisas. Essa seção permite ao(a) educando(a) relacionar a teoria à prática, confrontar saberes, apropriar-se do

conhecimento sistematizado. Ele aplica os novos conhecimentos consolidando conceitos importantes para sua formação integral.

Pode haver pesquisa sobre as atividades que os pais conhecem. Eles podem mostrar para as crianças o que sabem fazer, e cada atividade pode gerar palavras, textos, pinturas, músicas, peças teatrais e desenhos. Conteúdos e conhecimentos podem ser resgatados também através das brincadeiras, do folclore e das tradições. Desse modo, as atividades de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências são trabalhadas a partir de cada objeto, atividade, região, animal, planta, ou história estudada. As crianças poderão realizar várias atividades relacionadas ao tema em estudo, tais como: contar sua história de vida, descrever as atividades realizadas pelos pais, tios, avós; as mudanças ocorridas no trabalho, na vida da comunidade, na vegetação, na água. Descrever o lugar onde vivem, como vivem, como são os animais e as plantas.

ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

A Atividade de Aplicação e Compromisso Social possibilita ao(à) educando(a) a aplicação do conhecimento adquirido numa situação real, seja em sua classe, com a família ou na comunidade. Visa instigá-lo a reafirmar na prática o conhecimento construído, aproximando-se ainda mais da realidade. Nela é verificado se o aprendizado está relacionado à vivência do(a) educando(a). A criança pode falar, pintar, atuar, desenhar, cantar, a partir do que aprendeu em seus estudos e pesquisas, realizadas com a orientação e acompanhamento da(o) educadora(or). A devolução dos resultados pode ainda ser concretizada através de ações junto com a comunidade que represente um benefício para todos e um compromisso com melhorias para todos.

Temos aqui, então, três etapas que não são estanques, que se inter-relacionam, pois, não há uma separação explícita entre elas. No primeiro momento de contato com o novo conhecimento (Atividade Básica), desencadeiam-se possibilidades de ações que se desenvolvem e se aprofundam nas atividades seguintes. Essa atividade pode ser iniciada com um conjunto de problematizações, a partir da observação da realidade. As próprias crianças podem propor atividades e reflexões que enriqueçam e direcionem as tarefas a serem desenvolvidas. Neste momento podem ser identificadas possíveis atividades ou pesquisas a serem desenvolvidas. Aqui ocorre a introdução de um novo conteúdo. Essa etapa pode incluir um planejamento do que poderá ser trabalhado na Atividade Prática e de Compromisso.

Em um segundo momento (Atividade Prática), esse conhecimento é ampliado para uma análise mais ampla, na qual se fazem comparações com os conhecimentos mais gerais, relacionando-os a outros lugares, regiões, e situações. E em um terceiro momento (Atividade de Aplicação e Compromisso Social), consolidam-se ações que resultam da aplicação da nova abordagem e de novos conceitos, buscando

orientá-los em direção às necessidades da comunidade.

A estrutura das seções dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem fundamenta-se no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, abordado por Vygotski, que descreve aquilo que o sujeito já sabe, pois é capaz de desempenhar sozinho e também que ele tem a capacidade de aprender ou de desempenhar, mas somente com a colaboração de outros sujeitos mais capazes (colegas de sala, educadores, pais entre outros). A noção de que é possível estimular o desenvolvimento dos processos superiores da mente, a partir da aprendizagem, deriva da descoberta da origem social desses processos. Para Vygotski:

Todas as funções psico-intelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez, nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas: a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas (VYGOTSKI, 1998, p. 114)

Nos Cadernos de Ensino e Aprendizagem as seções **A**, **B** e **C** objetivam articular os conhecimentos já consolidados pela criança e os processos mentais já estabelecidos, desafiando-a, estimulando-a a construir estágios mais elevados de raciocínio na relação com outros (estudantes, educador, comunidade entre outros) colocando em movimento vários processos de desenvolvimento que sem essa articulação seria impossível ocorrer.



ATIVIDADE PRÁTICA

- | Considerando as especificidades de seus educandos(as), escolha uma temática que possa ser explorada na escola do campo e elabore uma proposta de exercício que articule: Atividade Básica; Atividade Prática e Atividade de Aplicação e Compromisso Social.



ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- | Agora, apresente para o grupo.

Módulo VII

A Importância do Ato de Planejar



ATIVIDADE BÁSICA

Refleta sobre as seguintes questões:

- 1 Qual é a sua concepção em relação ao ato de planejar?
- 2 Como você organiza suas atividades para as classes multisseriadas?
- 3 Que passos você utiliza para planejar?

*“Quem ensina, aprende ao ensinar
e quem aprende ensina ao aprender”*

(Paulo Freire)

Leia e reflita o texto a seguir:

A necessidade do planejamento faz parte da história do ser humano, pois o desejo de transformar sonhos em realidade objetiva é uma preocupação marcante de toda pessoa. No dia-a-dia, o ser humano está sempre enfrentando situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre as suas atividades diárias são delineadas em etapas concretas da ação, uma vez que já pertencem ao contexto de sua rotina. Entretanto, para a realização de atividades que não estão inseridas em nosso cotidiano, usamos os processos racionais a fim de alcançar o que desejamos.

O planejamento está na base do currículo escolar. Planejamento escolar, plano de ensino e planejamento de aula, do geral ao particular, todos estão relacionados e são fundamentais para que o currículo escolar aconteça, pois o planejamento é um meio para se programar as ações, mas é também um momento de pesquisa e de

reflexão intimamente ligado à avaliação.

Para poder planejar adequadamente a tarefa de ensino e para atender às necessidades do(a) educando(a) é preciso saber, antes de mais nada, com quem se irá trabalhar. Essa é a primeira etapa do processo de planejamento. É preciso conhecer a comunidade, seus problemas mais candentes, como ela se organiza, o que faz para superar suas dificuldades, quais seus momentos coletivos, de festividade e confraternização. É preciso conhecer as crianças com quem se irá trabalhar, o ambiente social e familiar em que vivem, e conhecê-la também em suas particularidades e singularidades. Para isso, torna-se necessário levantar e estudar cuidadosamente os elementos dessa realidade. Para que o planejamento possa ser coletivo, é preciso que comunidade e escola possam dialogar e refletir juntas para traçar as ações a serem desenvolvidas. O planejamento deverá, na medida do possível, incluir a comunidade, ouvir suas demandas, envolvê-la no projeto escolar. Para isso, a escola deverá promover encontros coletivos para pensar qual é o seu papel na comunidade. A partir desses encontros, a escola terá em mão as demandas sociais da comunidade e estabelecerá compromissos para que a comunidade acompanhe as atividades e o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse momento a(o) educadora(or) resgata da comunidade os elementos para o trabalho pedagógico. Esse resgate já é uma atividade pedagógica da escola e tem como elemento essencial a pesquisa, na qual os(as) educandos(as) devem estar envolvidos, pois já constitui um processo de ensino e aprendizagem e de auto-conhecimento. Nesse trabalho se caracteriza e se descreve o ambiente; se define e identifica problemas; se aponta e hipotetiza soluções.

Mas, se os(as) educandos(as) já conhecem sua realidade, o que haverá de novo nesse processo? Nesse levantamento, a escola se aproxima do saber popular, impregnado de experiências dos indivíduos e dos coletivos, de mitos, de representações sociais, religiosas, relacionadas ao trabalho e à educação familiar, de concepções de campo e de cidade. Esses saberes orientam as decisões e os comportamentos das pessoas, individual e coletivamente. A meta é que o saber popular se transforme em situações de estudo, de problematização. É neste momento que a(o) educadora(or) colocará o estudante diante de outros saberes, que são os saberes científicos, acumulados pela humanidade. Tais conhecimentos somente adquirem sentido se forem relacionados com o mundo da criança e se forem situados historicamente para ela, tecendo ligações entre o saber popular e o conhecimento científico.

O que significa esse diálogo entre o saber popular e o saber científico? Esse é o caminho para a ressignificação do mundo da criança. Introduzir novos conceitos permitirá que ela possa pensar e transformar sua realidade. Refletindo sobre ela

através de outros conhecimentos, poderá entender de forma crítica os conceitos. Por exemplo, se ao estudar a chuva, a criança além de entender sua formação também entender o quanto chove em seu lugar, o que mudou, e porque mudou. O conjunto de saberes da comunidade é ponto de partida, de ligação e de ressignificação do mundo. O papel da escola é propiciar o acesso a esses conhecimentos de modo crítico. Significa que nem todo conhecimento promove a humanização, pois pode impedir o ser humano de se compreender historicamente, tratando a realidade de forma estática e imutável.

Um planejamento mais amplo poderá guiar os passos mais específicos do trabalho educativo. Com ele, a(o) educadora(or) poderá perceber que cada tarefa desenvolvida na escola ou em aula pode ter uma ligação com o mundo da criança. Na metodologia do Programa Escola Ativa é necessário relacionar, organizar e sistematizar as atividades encontradas nos Cadernos de Ensino e Aprendizagem, fazendo sempre ligações. Deve-se, porém, ter o cuidado de ressaltar que o planejamento deve ser articulado com outras fontes de pesquisa para ampliar o tema abordado em sala de aula.

O êxito educativo não depende somente do trabalho educativo e do método de ensino e de aprendizagem. Nas classes multisseriadas é necessário maior apoio à(ao) educadora(or). Família, contexto social, condições da escola e outros influenciam também na educação escolar. Entretanto, o trabalho docente tem um peso significativo ao proporcionar condições efetivas para a aprendizagem e para o desenvolvimento da criança.

Por outro lado a(o) educadora(or) precisa estar em constante estudo com seus pares, para que haja continuidade. O ideal é que o planejamento e a auto-avaliação sejam processos permanentes e mutuamente dependentes. Para isso, o exercício proporcionado pelos microcentros é uma excelente oportunidade de ensino e de aprendizagem para educadores(as) e supervisores(as) estudarem. Trocar informações e experiências, discutir e ampliar os conhecimentos, o intercâmbio de idéias, são atividades realizadas nos microcentros. Toda essa interação é necessária, pois quanto mais trocas houver maiores serão as chances de trabalho proveitoso, oportunizando um planejamento consistente.

Os microcentros devem acontecer de forma a contribuir para a formação continuada da(o) educadora(or) e do supervisor(a), uma vez que ambos podem refletir sobre o processo de ensino e de aprendizagem. O planejamento do microcentro deve partir de situações pedagógicas da sala de aula, possibilitando o surgimento de outras questões, com as orientações e as intervenções necessárias.

O planejamento pedagógico deverá acontecer nesse espaço, com orientações e sugestões, garantindo-se momentos de estudo do Programa para educadores(as)

e supervisores(as), na busca do aprimoramento no desenvolvimento da estratégia. Esse espaço de estudo precisa manter o vínculo com os acordos estabelecidos junto à comunidade.

Essa ação conjunta possibilita ao educador(a) tornar suas aulas um espaço privilegiado de apropriação do conhecimento, evitando a improvisação. Assim, ao se falar em planejamento, tem-se:

- O Projeto Político Pedagógico/Plano Escolar - é um guia de orientação para o planejamento do processo de ensino. As(os) educadoras(os) precisam ter em mãos esse plano abrangente que integra todos os aspectos da atividade escolar, compreendendo currículo e avaliação, capacitação de educadores, administração e organização da escola.
- O Plano de ensino - é um roteiro organizado das unidades didáticas para um ano ou semestre.
- O Plano de aula - é o detalhamento do plano de ensino. Na elaboração do plano de aula deve-se levar em consideração, em primeiro lugar, que a aula é um período de tempo variável²¹.

21 Quanto à distribuição de conteúdos, sugerimos que o educador (a):
1) Trabalhe leitura todos os dias; 2) Trabalhe Matemática todos os dias; 3) Trabalhe Geografia, História ou Ciência Natural 2 horas por semana cada uma (os conteúdos de Português e Matemática podem ser abordados no estudo das outras matérias). Sugerimos, ainda, que o tempo diário seja dividido entre atividades dentro da sala, com os livros ou não, e atividades fora da sala de aula, buscando unir todo o grupo.

No ato de planejar deve estar presente a proposta pedagógica que proporciona coerência entre a ação e a visão de educação e de escola. O ato de planejar a escola precisa ser entendido como uma maneira de situar-se num horizonte de possibilidades, de projeto de futuro, de formação do ser humano que se quer. Dissociar a tarefa pedagógica do aspecto político é difícil, visto que o “educador é político enquanto educador, e o político é educador pelo próprio fato de ser político” (GADOTTI, FREIRE, GUIMARÃES, 2000, pp. 25-26).

O processo de construção da proposta pedagógica da escola deve ser pautado pela Ação-Reflexão-Ação, levando em consideração as três dimensões do processo de planejamento: a realidade (a sociedade e a escola que temos), a finalidade (a sociedade e a escola que queremos), e a mediação (como aproximar a sociedade/escola que temos da sociedade/escola que queremos). Muitas vezes o que percebemos em algumas escolas é a elaboração de um projeto voltado mais para o cumprimento de uma exigência legal do que para a definição de caminhos.

Assim, não se pode dissociar a avaliação do planejamento. Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões. O planejamento é o ato pelo qual se decide o que construir, a avaliação é o ato crítico que subsidia na verificação de como o projeto está sendo construído.

A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em

vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que se planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. Ela faz parte de modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível. Assim, é importante refletir sobre o ato de planejar a todo momento. Para o educador essa é a hora de repensar a ação pedagógica.



ATIVIDADE PRÁTICA

- Reúna-se em grupo e elabore um Plano Escolar ou Projeto Político Pedagógico que prepare os(as) educandos(as) para compreender e se comprometer com a comunidade.



ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- Apresente o trabalho do grupo em plenária.

Módulo VIII

A Prática da Avaliação da Aprendizagem Escolar



ATIVIDADE BÁSICA

- 1 Leia e discuta com o grupo o seguinte:
 - Que tipo de avaliação você está exercitando em sua sala de aula?
- 2 Agora, leia o texto abaixo:

Ao se fazer uma análise sobre o processo de avaliação nas escolas, é bom que se remeta a uma reflexão sobre a educação escolar, pois ela não pode ser tratada como uma categoria abstrata, desvinculada de uma prática existente, num processo diário de interação com a realidade que possibilite a emancipação humana.

A realidade é o grande desafio da prática educativa sendo seu ponto de partida, seu elemento de trabalho e seu destino. A educação escolar, nesse processo constante de interferência/reflexão sobre a realidade, remete a um outro princípio importante do trabalho educativo que é a interação coletiva. Ela não ocorre somente entre educador(a)-educando(a) mas também entre educandos(as), ao se relacionarem ou trabalharem em grupo, sendo fonte de avaliação das crianças.

A principal tarefa da escola é proporcionar ao estudante uma variedade de experiências que possibilitem o desenvolvimento nas mais diversas áreas, formando-o de maneira que, gradativamente, se aproprie dos conhecimentos de modo crítico para se posicionar diante da realidade. Isso significa reforçar a idéia de uma formação humana ampla que contemple todas as áreas do conhecimento.

No processo de apropriação de novas experiências e de novos conhecimentos ocorre a resignificação do mundo para a criança e para a(o) educadora(or).

Este último observa o efeito de seu trabalho com o qual também aprende. Toda aprendizagem conduz a uma modificação no ser que aprende. Todo ser que aprende pode atuar de forma distinta sobre o mundo. No entanto, quando se fala de Educação do Campo, fala-se da necessidade de uma formação crítica, assim como de ações comprometidas com a mudança da realidade, conforme afirma Paulo Freire:

“O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação.” (FREIRE, 1991, p. 27).

Nessa perspectiva, é necessário superar a visão tradicional de avaliação, apontando para um processo inacabado, infinito, de renovação, de mudança e de desenvolvimento da criança. Como demonstrou amplamente o estudo de Patto (1991), a escola tornou-se seletiva e classificatória. Em um mundo cheio de desigualdades entre grupos e classes sociais, a instituição escolar passou a cumprir o papel de produção e reprodução dessas desigualdades.

A Educação do Campo entende que é preciso superar o uso da avaliação como instrumento de discriminação e seleção social, mas que ela esteja a serviço da superação das necessidades educacionais de todas os(as) educandos(as). Já não é aceitável avaliar para decidir quem será excluído do processo de aprendizagem ou da escola. A própria LDB, ao possibilitar a diversificação da organização curricular, ampliou também a sua forma de avaliação. Segundo Marchuschi e Suassuna:

No Brasil, a implantação da organização curricular por ciclos surgiu paralelamente a uma necessidade de eliminar o gargalo na passagem da 1ª para a 2ª série, uma vez que os índices de retenção de alunos, nessa série, eram os mais elevados em relação a outros países da América Latina (MARCUSCHI E SUASSUNA, 2006, p. 17)

Para a Educação do Campo, o mais importante é garantir a aprendizagem e a formação humana e integral. Mais do que simplesmente evitar o gargalo é preciso criar condições dignas de aprendizagem. Dessa forma, entende-se que a avaliação é parte integrante do ensino-aprendizagem. Mas, como fazer da avaliação um processo/instrumento de acompanhamento, mediação, diálogo e intervenção mútua entre o ensino e a aprendizagem? O valor da avaliação está no fato de que o(a) educando(a) pode tomar conhecimento de seus avanços e de suas dificuldades, tomar consciência de seu processo, o valorizar e respeitar seus limites e suas possibilidades. Modificar a forma de avaliar também implica em reformular o processo didático-pedagógico,

deslocando também a idéia da avaliação do ensino para avaliação do ensino e da aprendizagem.

Para a Educação do Campo, avaliar passa a ser entendido sempre como um processo participativo e democrático, pois abrange todos os momentos, elementos e sujeitos do trabalho educativo. Assim, a avaliação se amplia ao ser entendida como parte de um processo e não como o momento final. Ela se democratiza, pois passa a incluir todos os sujeitos que estão envolvidos no contexto escolar: educadores(as), estudantes e comunidade. Inclui a avaliação de todos os integrantes do espaço escolar, das condições da escola, das condições do trabalho da(o) educadora(or), ampliando para além da relação educadora(or)-educando(a) a tarefa de avaliar e ultrapassando as limitações do processo. Todos os envolvidos com a escola podem superar limites e melhorar seu desempenho. Portanto, a tarefa da avaliação não é punir, mas indicar saídas para o crescimento de todo o coletivo, orientando para a formação humana e integral do estudante.

Considerando que a avaliação é um processo, que sua tarefa é orientar e auxiliar na superação de limites e dificuldades da criança, e que as condições da escola fazem parte significativa dos limites encontrados, o que levar em conta na avaliação como um todo? Para a Educação do Campo, além da aprendizagem de conteúdos, é preciso considerar a responsabilidade com as tarefas, com os coletivos, com a escola e com a comunidade. A convivência respeitosa, solidária e a participação nas atividades e nos trabalhos também devem ser consideradas. Estes elementos também fazem parte da formação humana integral. A(o) educadora(or) terá na própria metodologia do Programa Escola Ativa elementos para estimular e avaliar tais aspectos.

O ato de avaliar é subdividido em avaliação:

- diagnóstica: Levanta informações e dados necessários à contextualização do processo pedagógico;
- processual: Ocorre no dia-a-dia de forma orientada, leva em conta as modificações e as superações, e mantém um diálogo constante com o estudante;
- participativa: Envolve a comunidade, as(os) educadoras(es) e os(as) educandos(as), pode ser feita com o auxílio do Colegiado Estudantil e do Conselho Escolar;
- cumulativa: Considera cada aspecto progressivo na produção do conhecimento;
- emancipatória: Avalia a prática educativa, os acertos e os erros, as condições oferecidas para o processo educativo e para formação humana.

Todas essas modalidades de avaliação, no entanto, devem tornar-se, ao final de um processo enriquecido pela participação, pela crítica e pela superação, um momento descritivo no qual a(o) educadora(or) preenche a cademeta para entregar

à Secretaria de Educação.

Diferentemente, a proposta do Programa Escola Ativa de avaliação inclui a Ficha de Acompanhamento e Progresso (FAP) que registra os resultados das avaliações para o acompanhamento e a promoção do(a) educando(a). Este é um instrumento de registro do caminho percorrido na aprendizagem, mas a avaliação não deve restringir-se a esse instrumento, como mencionado anteriormente. Para auxiliar o trabalho da(o) educadora(or), os livros dos(as) educandos(as) conterão páginas com atividades referentes a cada unidade. Tais páginas deverão ser destacadas pela(o) educadora(or)²² que as utilizará como uma das referências na avaliação processual e orientará o trabalho que precisará ser realizado com cada educando(a).

Além dos instrumentos de avaliação já mencionados, é fundamental que a(o) educadora(o) crie outros como, por exemplo, o portfólio²³, e utilize diferentes estratégias para avaliar, tais como: seminários, avaliações globais por unidade, observação direta dos trabalhos desenvolvidos, dentre outros. Na avaliação, a (educador(a) acompanha os avanços e as dificuldades do(as) educandos(as), propondo atividades de recuperação paralela quando for necessário.

Com essas modalidades de avaliação (diagnóstica, processual, cumulativa e emancipatória) como parte do processo de ensino-aprendizagem, relacionadas aos elementos do componente curricular, busca-se uma avaliação crítica, justa e digna para a formação humana. O Programa Escola Ativa adota o regime de progressão continuada através do qual as escolas desenvolvem seu currículo de forma contínua, sem mecanismos de retenção, conforme preconiza a Lei 9.394/96, Artigo 32, parágrafo 3:

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

A progressão de um estudante para a série/ano seguinte vai depender de seu ritmo de aprendizagem e dos avanços em cada uma das áreas curriculares. Em qualquer época do ano letivo, o estudante poderá ser aprovado. Mas, é preciso destacar que o Conselho Municipal/Estadual de Educação precisa normatizar o sistema de avaliação proposto pelo Programa²⁴ e que este deve ser detalhado na Proposta Pedagógica e no Regimento da unidade escolar.

Dessa maneira a postura avaliativa requer analisar, ressignificar e reformular a prática avaliativa, devendo o trabalho pedagógico ser enriquecido e redirecionado, de acordo com as necessidades do estudante e dos propósitos educativos. A compreensão do contexto escolar da criança e de seu processo possibilita que a(o)

22 Isto ocorrerá somente nos livros que foram reformulados.

23 O portfólio é um conjunto de resultados, produtos ou evidências da aprendizagem, selecionados e organizados pelo(a) educando(a), para que ele próprio e a(o) educadora(or) acompanhem seu progresso. Podem ser arquivados em pastas ou colados em folhas de um caderno. Podem conter exercícios, relatos de aprendizagem, avaliações de aprendizagem, trabalhos, desenhos, etc.

24 O CME não regulamenta um Programa, mas sim um modalidade ou tipo de avaliação.

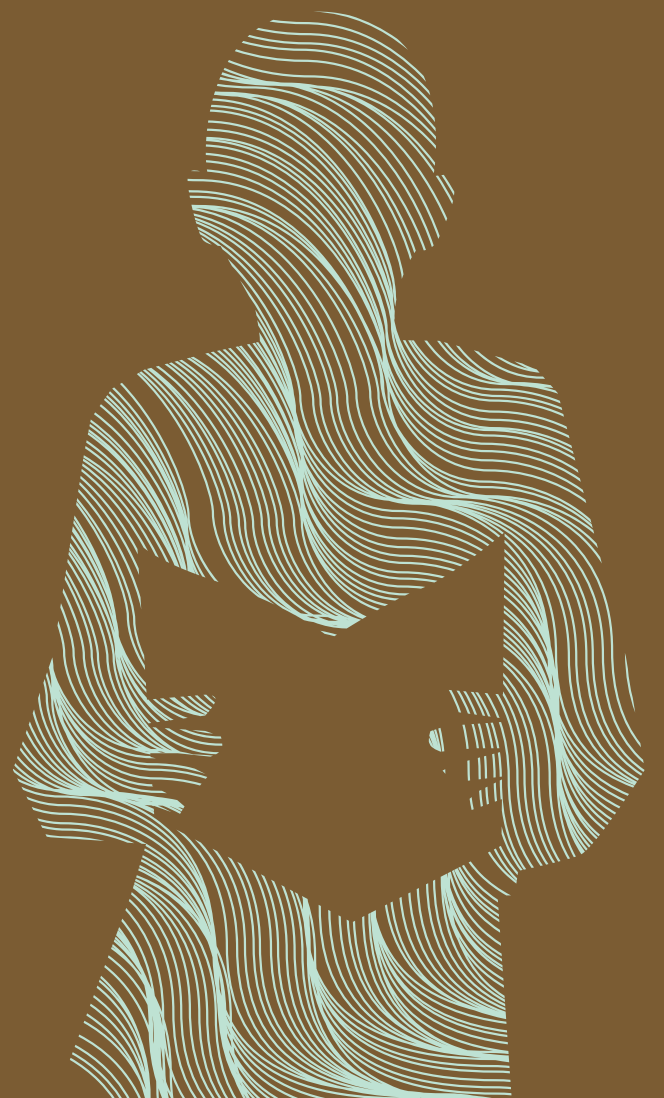
educadora(or) a auxilie a superar suas dificuldades. Voltar sempre ao planejamento escolar e ao plano anual ou semestral é realimentar o trabalho educativo e manter o vínculo estabelecido com a comunidade.

ATIVIDADE PRÁTICA

- Proponha uma forma de avaliar os estudantes das classes multisseriadas.

ATIVIDADE DE APLICAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL

- Apresente para o grupo.



Referências bibliográficas



ARROYO, Miguel G. *A escola do campo e a pesquisa do campo: metas*. In: MOLINA, Mônica C. **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2006.

ARROYO, Miguel G. *As séries não estão centradas nem nos sujeitos educandos, nem em seu desenvolvimento*. In: **Solução para as não-aprendizagens: séries ou ciclos?** Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações; 2001.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002.

_____. Ministério da Educação/FNDE – **Programa Escola Ativa: Guia para a formação de educadores da Escola Ativa**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação/Resolução CEB/CNE nº 2. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**, 7/4/1998.

_____. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro Nascimento. Brasília: FNDE/ Estação Gráfica, 2006.

_____. Ministério da Educação. Caderno nº 9 – **Conselho e Educação do Campo do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**, MEC/CEB.

_____. Ministério da Educação/ FNDE. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

CALDART, Roseli S. *Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção*. In: **Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. V. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1998.

DUARTE, Newton. **Vygotsky e o “aprender a aprender”**. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vygotskyana. SP: Editora Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003. V.1. 96 p.

GEPERUAZ. Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia. Relatório de Pesquisa. **Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica**. Belém: UFPA/CNPQ, 2004.

HAGE, Salomão M. (Org). **Educação do Campo na Amazônia: retratos das escolas multisseriadas no estado do Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2005.

HAGE, Salomão M. BARROS, Oscar F. FREITAS, Natalina M. DAMASCENA, Fabíola A. **Educação do Campo, Trabalho Docente e o desafio da construção do Projeto Político-Pedagógico das escolas ribeirinhas de Portel/PA**. Anais. II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília: UNB; 2008.

GADOTTI, M; FREIRE, P. GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**, 5ª Ed. São Paulo: Cortez; 2000.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Texto Base**. Luziânia, GO; 2004.

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte; 1978.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 15ª.ed. São Paulo: Cortez; 1999.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez; 1999.

MARCUSCHI, Beth e SUASSUNA, Lívia (org.). **Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PATTO, Maria Helena Patto, **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz; 1991.

TIBA, Içami. **Disciplina, limites na medida certa: Novos paradigmas**, 73ª ed. São Paulo: Integre Editoria; 2006.

VYGOTSKI, L. S. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996.

_____. **Obras Escojidas**. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC y Visor Distribuciones, Vol III; 1995.

_____. **Obras Escojidas**. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC y Visor Distribuciones, Vol II; 1993.

_____. *A importância do Movimento no desenvolvimento psicológico da criança*. In: **Psicologia e educação da infância – uma antologia**. Henri Wallon. Ed. Estampa; s/d.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; 1995.

UFBA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Faculdade de Educação. Abril de 2008.

UFPA. **Relatório de Pesquisa: Programa Escola Ativa: a análise das Diretrizes e dos Guias em foco**, Belém: UFPA; 2008.







**PDE | ESCOLA
ATIVA**

PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Acesse www.mec.gov.br
ou ligue 0800 616161

FNDE

Ministério
da Educação

